

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

ETHIANE DINAT FALCÃO ROBALLO

**POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS PARA ACESSO AO
ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE SOBRE ACESSO NOS CURSOS DE
CIÊNCIAS HUMANAS E DE CIÊNCIAS SOCIAIS – CIÊNCIA POLÍTICA NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – CAMPUS SÃO BORJA**

**São Borja - RS
2020**

POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS PARA ACESSO AO
ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE SOBRE ACESSO NOS CURSOS DE
CIÊNCIAS HUMANAS E DE CIÊNCIAS SOCIAIS – CIÊNCIA POLÍTICA NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – CAMPUS SÃO BORJA


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Públicas – Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Políticas Públicas.


Área de concentração: Elaboração, implementação e avaliação de Políticas Públicas para o Desenvolvimento regional em áreas de fronteira.

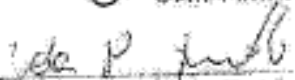
Orientadora: Profª Drª Lisianne Pintos Sabedra Ceolin.


Dissertação defendida e aprovada em: 13 de maio de 2020

Banca Examinadora:


Profª Drª Lisianne Pintos Sabedra Ceolin
UNIPAMPA
ORIENTADORA


Prof. Dr. Edson Romão Monteiro Paniagua
UNIPAMPA


Profª. Drª. Nela Patrícia Gamalho
UNIPAMPA


Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero
UNIPAMPA

R628p Roballo, Ethiane Dinat Falcão

Política pública de reserva de vagas para acesso ao ensino superior: uma análise sobre acesso nos cursos de Ciências Humanas e de Ciências Sociais – Ciência Política na Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja / Ethiane Dinat Falcão Roballo.

76 p.

Dissertação(Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa, MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, 2020.

"Orientação: Lisianne Pintos Sabedra Ceolin".

1. Sistema de Reserva de Vagas. 2. Cotas. 3. Ocupação. 4. UNIPAMPA. I. Título.

Dedico esta dissertação à minha família muito amada. Razão do meu viver.

AGRADECIMENTOS

A conclusão da presente dissertação foi uma das tarefas mais difíceis que já enfrentei, e como não poderia ser diferente, das mais satisfatórias.

Em primeiro lugar, preciso agradecer ao meu núcleo familiar: Elias da Silva Robalo, Sophie Maria Dinat Falcão Roballo, Eliana Dinat Falcão, Jonir Dinath Falcão, Rhavine Dinat Falcão, Joberson Ruan Dinat Falcão e demais familiares. Vocês são os meus suportes e a minha fortaleza. Proporcionaram a oportunidade de vivenciar a maternidade ao mesmo tempo em que desenvolvia o mestrado.

Quero agradecer a cada pessoa que contribuiu com essa caminhada e a cada amizade que levarei para a vida, em especial à minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Lisianne Pintos Sabedra Ceolin, a quem serei sempre grata pela paciência e ensinamentos. Você se tornou meu exemplo, inspiração e tem a minha mais profunda admiração como profissional e como ser humano.

Aos professores do Mestrado em Políticas Públicas e externos ao programa que contribuíram de maneira significativa para o meu crescimento intelectual e pela sensibilidade que tiveram com minhas dificuldades, especialmente Prof^a. Dr^a. Ângela Quintanilha Gomes, Prof^a. Dr^a. Carmen Regina Dorneles Nogueira, Prof. Dr. Augusto Junior Clemente, Prof. Dr. Edson Romário Monteiro Paniágua, Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano, Prof. Dr. Muriel Pinto, Prof^a. Dr^a. Nola Patrícia Gamalho, Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero e Prof. Dr. Thiago da Silva Sampaio.

Aos colegas de curso, amigos que levarei para a vida, em especial Chaiane Ferrazza Gomes, Ewerton da Silva Ferreira, Graciele Rodrigues Ribeiro, Marilice Cortes e Riviani da Silva Schopf.

Gratidão aos colegas de trabalho que contribuíram com apoio e com a pesquisa, em especial aos colegas de setor Alexandre Dias Barbosa, Geison Tiago Ribeiro Jardim, Greice Pinto Meireles, Helena Claudia de Pelegrin Basso Feil, Manoel Eduardo Fonseca, Sócrates Pereira de Souza e Tiago Rodrigues Moura.

Aos demais colegas técnicos, todos de alguma forma contribuíram com essa jornada.

Aos gestores e alunos das escolas que foram generosos com a pesquisa, tão fundamental para a conclusão deste trabalho.

Aqueles a quem eu não citei, mas que de alguma maneira participaram desta caminhada, o meu muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho tem como temática o estudo da política pública do sistema de reserva de vagas para ingresso nas instituições federais de ensino superior, instituída pela Lei Federal n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, e implementada na Universidade Federal do Pampa, assim como nas instituições congêneres. Considera-se que sua relevância social é inegável, já que se está diante de uma política pública voltada para as minorias. Nesse sentido, o trabalho objetiva analisar a implementação do referido sistema de reserva, com recorte focado na ocupação das vagas pelos alunos cotistas, no período entre 2017 e 2019. Já nos primeiros dados, observa-se que é significativo o percentual de vagas não ocupadas nos cursos pesquisados. Assim, de modo a obter um panorama sobre o estágio atual de implementação, que permita uma reflexão acerca de pontos sólidos e possíveis deficiências, os passos metodológicos compreendem a coleta de dados sobre a ocupação na UNIPAMPA, Campus São Borja, nos cursos de Ciências Humanas - Licenciatura e Ciências Sociais – Ciência Política, a aplicação de questionários para investigar o nível de conhecimento sobre o tema por parte dos alunos do terceiro ano do ensino médio de escolas do município, a verificação das ações desenvolvidas pela universidade com relação ao acolhimento, o exame das diretrizes legais e principiológicas que fundamentam o sistema no Brasil, bem como a indicação de posicionamentos contrários e favoráveis à reserva. A análise das visões dos atores envolvidos na política é feita a partir de três questionários segmentados, a serem explorados através da análise de conteúdo, adotando-se a mescla entre aspectos quantitativos e qualitativos. Quanto ao modelo de análise de políticas públicas opta-se pelo *Policy Arena*, considerando que se trata de uma política redistributiva, orientada para o conflito, com desvio de direito e polarizadora. Na sequência, é elaborado um produto técnico. A meta a ser atingida consiste em apresentar um diagnóstico, com foco na implementação, e medidas propositivas - recomendação de soluções e o produto técnico, com a intenção de contribuir com a melhoria na taxa de ocupação dessas vagas pela UNIPAMPA – Campus São Borja.

Palavras-chave: Sistema de Reserva de Vagas, UNIPAMPA, cotas, ocupação.

ABSTRACT

This work is about the study of the public policy for the system of quotas for students to get into federal institutions of higher education, instituted by Federal Law no. 12,711, of August 29, 2012, and implemented at the Federal University of Pampa, as well as in similar institutions. Its social relevance is considered undeniable, since it is in the face of a public policy for minorities. Hence, the work aims to analyze the implementation of the system of quotas aforementioned, focusing on the getting of openings in universities by quota students, between 2017 and 2019. Since the first data was collected it has been observed that the percentage of openings not taken is significant in the surveyed courses. Therefore, in order to obtain an overview of that implementation's current stage that allows reflection on solid points and possible deficiencies, the methodological steps include data collection on the occupation at UNIPAMPA, Campus São Borja, in the Humanities and Social Sciences - Political Science, the application of questionnaires so as to learn about how much is known about the topic by high school third year students in the city's public schools, the verification of the actions taken by the university regarding receiving students, the examination of legal guidelines and principles that substantiate the system in Brazil, as well as the revealing of positions for and against the system. The analysis of the actors' opinions involved in that policy is carried out in three segmented questionnaires that are to be explored through the analysis of content, with the blend of quantitative and qualitative aspects being adopted. As for the public policy analysis model, Policy Arena is chosen for it is a redistributive policy, conflict oriented, transfer of rights. Then a technical product is created. Presenting a diagnosis is the goal to be reached, with a focus on implementation and propositional measures: recommendation of solutions and technical product, with the intention of making a contribution towards the improvement in the filling rate of these openings by UNIPAMPA - Campus São Borja.

Keywords: quotas system openings, UNIPAMPA, quotas, occupation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da localização das cidades-gêmeas ao longo da faixa de fronteira	46
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária dos alunos do ensino médio das escolas de São Borja	22
Gráfico 2 – Gênero dos alunos do ensino médio das escolas de São Borja	22
Gráfico 3 – Você sempre estudou em escola pública?	23
Gráfico 4 – Você pretende cursar o Ensino Superior (faculdade ou universidade)?	24
Gráfico 5 – Você sabia que a Universidade Federal do Pampa, que possui campus em São Borja, é gratuita?	24
Gráfico 6 – O conhecimento dos cursos ofertados pelo Campus São Borja	25
Gráfico 7 – Você sabia que existem cotas (vagas reservadas) para ingresso na UNIPAMPA?.....	26
Gráfico 8 – Você sabia que para concorrer a uma vaga pelas cotas precisa fazer o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio)?	26
Gráfico 9 – Você sabia que com a nota do Enem, pode se inscrever pelo SiSU (Sistema de Seleção Unificada) para uma vaga na UNIPAMPA?	27
Gráfico 10 – Tipos de cotas que os estudantes conhecem.....	27
Gráfico 11 – Você se inscreveria pelas cotas?.....	28
Gráfico 12 – Setor em que trabalhou no período de ingresso de candidatos.....	32
Gráfico 13 – Os aprovados pela reserva de vagas comparecem para matrícula? ..	32
Gráfico 14 – Ocorrem problemas com documentos apresentados que inviabilizam a matrícula?	33
Gráfico 15 – Os candidatos informam dados na inscrição que não conseguem confirmar?	33
Gráfico 16 – Há queixas dos candidatos com relação ao sistema de inscrição?	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro de idade dos alunos do ensino médio das escolas de São Borja	22
Quadro 2 – Gênero dos alunos do ensino médio das escolas de São Borja	23
Quadro 3 – Ocupação das vagas reservadas	29
Quadro 4 – Matrículas pelo Perfil do Público Atendido	30

LISTA DE SIGLAS

ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CCS - Centro de Ciências Sociais de São Borja

CESB - Colégio Estadual São Borja

CF – Constituição Federal

CRE – Coordenadoria Regional de Educação

EAD – Ensino a Distância

Enem – Exame Nacional do Ensino Médio

GURI - Sistema de Gestão Unificada de Recursos Institucionais

NuDE - Núcleo de Desenvolvimento Educacional

PNDR – Plano Nacional de Desenvolvimento Regional

SiSU - Sistema de Seleção Unificada

STF - Supremo Tribunal Federal

UFPeI – Universidade Federal de Pelotas

UFMS – Universidade Federal de Santa Maria

UnB - Universidade de Brasília

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

URCAMP - Universidade da Região da Campanha

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS EM DADOS E PERCEPÇÕES: panorama acerca das taxas de ocupação e a visão dos atores potenciais e efetivos da política pública	17
2.1 O nível de conhecimento da política de reserva de vagas por parte dos alunos do terceiro ano do ensino médio de escolas do município de São Borja	19
2.2 Taxas de ocupação de vagas reservadas nos Cursos de Ciências Humanas – Licenciatura e Ciências Sociais – Ciência Política (UNIPAMPA – 2017 a 2019)	28
2.3 Percepção dos atores institucionais acerca de entraves ao ingresso de cotistas	30
3 O DEVER-SER DA POLÍTICA DE RESERVA DE VAGAS: histórico e aportes jurídicos	39
3.1 Fundamentos para o surgimento do sistema de cotas em instituições públicas federais	39
3.1.1 O sistema de reserva de vagas	39
3.1.2 O sistema de reserva de vagas na UNIPAMPA	43
3.2 Política pública de reserva de vagas frente ao ordenamento jurídico brasileiro: Constituição Federal de 1988, legislação ordinária e judicialização da política	48
4 ANÁLISE DO SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS FRENTE AO REFERENCIAL TEÓRICO DA ÁREA DE CIÊNCIA POLÍTICA	50
4.1 Apontamentos conceituais acerca do conceito e do ciclo de uma política pública	50
4.2 Etapas e modelos de análise de políticas públicas: aplicação ao sistema de reserva de vagas	55
5 PRODUTO TÉCNICO	58
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICES	72

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre a política pública educacional relacionada ao sistema de reserva de vagas para ingresso nas instituições federais de ensino superior, implementada na Universidade Federal do Pampa, assim como nas instituições congêneres, imediatamente após ser sancionada a Lei Federal n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.

Essa lei, cujo projeto tramitou por treze anos no Legislativo Federal, tem seu advento direcionado a atender um pleito antigo e, somada ao Sistema de Seleção Unificada - SiSU, ao Exame Nacional do Ensino Médio – Enem e às Ações Afirmativas próprias de cada instituição, pretende criar uma condição de concorrência mais justa e igualitária para a ocupação de vagas nos diversos cursos, bem como, diminuir as desigualdades sociais e étnicas.

Segundo a norma, nas instituições federais citadas, devem ser reservadas vagas para: a) Estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; b) Estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita; c) Estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e d) Pessoas com deficiência.

Por ser uma política de impacto na sociedade, gerou muita polêmica e foi alvo de contestações judiciais, que serão melhor explicitadas na seção 3.2, que trata do sistema de reserva de vagas.

Vale reiterar que tal política pretende criar uma situação de efetivação mais igualitária de oferta de educação. Entretanto, considerando ser uma política pública recente e que está a transcorrer, a literatura da área ainda carece de estudos que construam indicadores acerca da sua implantação.

Este trabalho originou-se das observações realizadas em minha prática profissional na secretaria acadêmica do Campus São Borja. Assim, quanto ao local de pesquisa, a escolha dá-se em função do cotidiano da pesquisadora ter instigado a pesquisa.

A dissertação objetiva fazer uma análise de implementação com olhar sobre a ocupação das vagas pelos alunos cotistas. O período compreendido se dá entre o ano de 2017 e o ano de 2019. Busca-se a percepção desse sistema pelo público-alvo do programa e pelos servidores que atuam diretamente na implementação da

política pública, identificando os efeitos relacionados a ela, enquanto instrumento de inclusão ao ensino superior de pessoas e grupos pertencentes às minorias.

A pesquisa é realizada com base nos números levantados nos cursos de Ciências Humanas - Licenciatura e Ciências Sociais – Ciência Política, ofertados no Campus São Borja da Universidade Federal do Pampa. Quanto à escolha dos cursos, esta considera suas naturezas e perfis distintos¹, já que um é bacharelado e o outro é uma licenciatura. Inclusive, a licenciatura, por ser interdisciplinar e formar professores em quatro áreas, com uma proposta inovadora, tem atraído bastantes interessados. Ainda pelo fato de um mercado de trabalho em que há uma escassez profissional.

Ainda assim, observa-se que é significativo o número de vagas não ocupadas por candidatos aprovados para as cotas, principalmente na modalidade de pessoa com deficiência.

A relevância social do objeto de estudo é inegável, já que se está diante de uma política pública que pode ser determinante para grupos de pessoas que, há algumas décadas, não tinham condições de acessar o ensino superior. Neste momento, reforça-se a importância do tema eleito.

Neste particular, vale frisar que, em pesquisa realizada pela ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (2014), em 2010, com a participação de 56 instituições federais de ensino superior, constatou-se que somente 43,74% dos alunos pertenciam às classes C, D e E. Dessa forma, percebe-se que o acesso à educação, bem como o próprio ingresso

¹ Conforme o Perfil do Egresso, constante no Projeto Pedagógico do curso de Ciências Humanas “O licenciado em Ciências Humanas estará habilitado para o exercício docente no Ensino Fundamental séries finais (História e Geografia) e no Ensino Médio (História, Geografia, Sociologia e Filosofia), na área de Ciências Humanas e Sociais. Deverá estar capacitado ao exercício do trabalho de docente em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento humanístico e das práticas essenciais de sua produção e difusão (PPC Ciências Humanas – Unipampa, 2019, p. 49-50)”.

No Projeto Pedagógico do curso de Ciências Sociais – Ciência Política consta o seguinte Perfil Comum do Egresso: “Especificamente a formação oferecerá: - Compreensão da dinâmica política da sociedade; - Domínio dos recursos necessários para a concepção, análise, avaliação e implementação de políticas públicas; - Conhecimento da estrutura administrativa pública; - Capacidade de estabelecer ligações entre o setor público e o setor privado; - Competências metodológicas de formação que lhe permitirão desenvolver pesquisas qualitativas e quantitativas de natureza sócio-política no campo da avaliação da imagem corporativa, da comunicação e de campanhas políticas; - Entendimento do municipalismo e demais estruturas governamentais; - Competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática política e social; - Compromisso social; - Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica; - Autonomia intelectual (PPC Ciências Sociais – Ciência Política – Unipampa, 2015, p. 21)”.

junto a uma determinada instituição de ensino superior, já estava condicionada, de certa maneira, a um público específico.

Nesse cenário, o ensino superior estaria direcionado a uma classe média e até mesmo elitizada, naquilo que se refere, evidentemente, à disputa pelo acesso junto à educação no ensino superior. Tal panorama representa um contrassenso, visto que são instituições mantidas pelo poder público, e que devem atender igualmente a todas as parcelas da população, independentemente de classe social e poder aquisitivo.

Felizmente, observa-se que as cotas já podem ter contribuído para uma mudança importante no combate à desigualdade social.

Essa mudança foi percebida no perfil dos estudantes de graduação de instituições federais, que vem ocorrendo nos últimos anos. Trata-se de uma evolução positiva e muito rápida, já que, segundo pesquisas realizadas e divulgadas pelo ANDIFES no ano 2014, é possível perceber que as vagas que antes eram ocupadas em sua minoria pelas classes de menor renda, historicamente excluídas, apresentaram um percentual de 66,19% de alunos de famílias consideradas de baixa renda. Ainda constatou-se que, se forem consideradas somente as regiões Norte e Nordeste, os percentuais sobem para mais de 75%, sendo que a taxa era de 44% em 2010. Assim, houve um aumento de mais de 50% no percentual de ocupação de vagas por alunos de baixa renda, o que, reitera-se, pode ser considerada uma evolução extremamente célere, já que esses dados evoluíram num período de 4 (quatro) anos. Muitas políticas públicas do governo federal contribuíram para esse sucesso, principalmente a expansão da oferta de ensino superior pelo governo federal, como pela adoção da política de cotas para ocupação das vagas.

Embora a pesquisa da ANDIFES não tenha tido o foco na reserva de vagas e não seja possível nesse momento afirmar que esta foi decisiva para tal mudança no perfil dos acadêmicos, é possível depreender que a mesma contribuiu com essa significativa alteração. Porém, ainda há carência de estudos que observem especificamente a ocupação dessas vagas reservadas.

Também se ressalta a importância do estudo para a área das Políticas Públicas, o que resta transparente pela circunstância de ser uma política pública que atende a um direito humano fundamental, previsto constitucionalmente: o direito à educação.

Diante de dados levantados, a problemática do presente trabalho se apresenta no fato de que as vagas reservadas pela política de cotas não são satisfatoriamente preenchidas nos cursos pesquisados e se faz necessário um estudo que investigue os motivos que geram tal percentual. Preliminarmente, algumas hipóteses são aventadas, tais como: desinteresse por parte do público alvo, falta de informação, entraves do sistema e ausência ou insuficiência de mecanismos voltados ao processo de ocupação das vagas reservadas.

Tal pesquisa faz-se imprescindível para que se tenha um panorama e, a partir dele, seja possível apontar ferramentas para seu aperfeiçoamento, dando subsídios para o gestor pensar as propostas de melhorias tendo um olhar mais amplo sobre o processo de implementação.

Nesse sentido, o objetivo geral centra-se, reitera-se, em analisar a execução da política de cotas da UNIPAMPA, sobretudo, as ações de acesso desenvolvidas entre os anos de 2017 – 2019, nos cursos de Ciências Humanas - Licenciatura e Ciências Sociais – Ciência Política do Campus São Borja.

Para atingir tal desiderato, alguns passos metodológicos mostram-se imprescindíveis, na condição de objetivos específicos, aqui apresentados de modo sumário. Neste caminho, a pesquisa tem como ação inicial a coleta de dados sobre a ocupação de vagas reservadas na Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, nos cursos e no período temporal já mencionados.

Em relação aos usuários em potencial da política pública, investiga o nível de conhecimento da política de reserva de vagas por parte dos alunos do terceiro ano do ensino médio de escolas do município de São Borja², através da aplicação de questionários e exploração de dados via análise de conteúdo.

De igual sorte, utiliza tal técnica para levantar dados sobre as razões que obstaculizam a efetivação de matrículas de candidatos inscritos na reserva de vagas, tendo como fontes servidores públicos que atuam em setores acadêmicos responsáveis pela condução de tal processo.

Já no que diz respeito ao desenho institucional da política em tela, examina as diretrizes legais e principiológicas que fundamentam o sistema de reserva de vagas no Brasil, bem como indica posicionamentos contrários e favoráveis ao

² Embora a política pública seja uma política nacional, o estudo de caso centra-se em escala local.

sistema de cotas, incluindo manifestações da Corte Suprema do país, o que se dá por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

Colhidos e analisados tais dados e fundamentos teóricos, busca-se propor um produto técnico que contribua com o aperfeiçoamento da implementação da política, com foco na melhoria do percentual de ocupação das vagas reservadas aos candidatos cotistas.

2 SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS EM DADOS E PERCEPÇÕES: panorama acerca das taxas de ocupação e a visão dos atores potenciais e efetivos da política pública

A abertura do capítulo inaugural da pesquisa dá-se por meio da explicitação das razões que o fundamentam. Neste sentido, imperioso esclarecer que, quanto à escolha da metodologia, atentou-se para o fato de que a política de cotas, como medida de inclusão social, precisa levar em consideração os anseios do seu público-alvo. Nosso ponto de partida, então, é a delimitação das características desse público (aqui tomada uma amostra).

Para atingir tal objetivo, volta-se o olhar para os sujeitos. Tal perspectiva direciona o caminho metodológico a partir do empírico, com coleta de dados, inicialmente, junto aos potenciais usuários e atores da política pública em exame.

Essa análise é feita a partir de três questionários segmentados, compreendendo:

- a) alunos do terceiro ano do ensino médio de escolas públicas do município de São Borja;
- b) servidores do campus que atuam na implementação da política; e
- c) NuDE- Núcleo de Desenvolvimento Educacional.

A exploração do material coletado, por tais vias, é feita por meio da análise de conteúdo³.

O primeiro questionário, que tem como público alvo os alunos do terceiro ano do ensino médio das escolas estaduais do município de São Borja, objetiva verificar

³ “Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2009, p. 44).

se os estudantes conhecem o sistema de cotas, o quanto conhecem e se têm interesse em se inscrever para vagas dessa reserva. Entende-se que este passo é fundamental para que os sujeitos que potencialmente podem usufruir do sistema ganhem visibilidade, e se tenha um panorama inicial sobre seu nível de informação acerca da política pública (isto permite uma aproximação de resposta com relação a duas das hipóteses presentes no delineamento do problema – presente na introdução, quais sejam, o “desinteresse do público alvo” e a “falta de informação”).

O segundo questionário é aplicado aos servidores que trabalham com o processo de ingresso pelas cotas, ou seja, na Secretaria Acadêmica, na Comissão de Validação e Análise de Renda, na Comissão de Validação de Auto-declaração de Raça/Etnia, na Comissão de Validação da Condição de Pessoa com Deficiência e no NuDE. O objetivo do instrumento é verificar se as pessoas selecionadas pela reserva de vagas não comparecem para efetivar a matrícula, se ocorrem problemas com documentos por elas apresentados que inviabilizam a matrícula ou se informam dados na inscrição que não conseguem confirmar nas verificações das comissões (estes dados auxiliam na hipótese relativa a “entraves no sistema”, apresentada no problema de pesquisa, citado no introito deste trabalho).

Um terceiro questionário é elaborado para o NuDE - Núcleo de Desenvolvimento Educacional⁴. Neste instrumento, o foco dirige-se ao exame de quais as iniciativas e acompanhamentos são realizados pelo Núcleo especificamente com relação ao ingresso dos cotistas (estes dados tornam possível uma percepção sobre a quarta hipótese presente no problema de pesquisa, qual seja, a de

⁴ Atribuições do NuDE, constantes no Portal da Unipampa: “O Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) é um setor vinculado à Coordenação Acadêmica, responsável pela execução da política de assistência estudantil e pelo apoio pedagógico e psicossocial no âmbito do Campus, de forma integrada com a Pró- Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), com a Pró-reitora de Graduação (PROGRAD) e com o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA).

A atuação da equipe multiprofissional do NuDE visa contribuir com a adaptação e a integração no contexto universitário, com a promoção do acesso aos direitos e com o enfrentamento da evasão e da retenção acadêmicas.

a) Atendimento aos estudantes por demanda espontânea ou por indicação docente, o que pode acarretar em encaminhamento à rede socioassistencial do município, orientação de participação em programas de bolsas/auxílios da instituição e/ou programas de apoio pedagógico e psicossocial, etc;

b) Acompanhamento dos estudantes com necessidades educacionais especiais por meio do interface NInA;

c) Avaliação periódica dos beneficiários do Plano de Permanência (nas modalidades acadêmica e socioeconômica) para aferição do atendimento aos critérios para manutenção dos benefícios;

d) Ações de recepção e acolhimento aos estudantes ingressantes;

e) Colaboração com a execução das ações de saúde, cultura, esporte e lazer;

f) Apoio pedagógico aos discentes que solicitarem e assessoria aos docentes do campus na área do desenvolvimento pedagógico educacional, visando à qualidade do trabalho pedagógico de maneira abrangente (Unipampa, 2015, p. 21)”.

“ausência ou insuficiência de mecanismos voltados ao processo de ocupação das vagas reservadas”).

Uma vez lançados olhares para os sujeitos direta ou potencialmente envolvidos na política, é possível formar um panorama, de caráter predominantemente empírico, acerca do grau de informação e das percepções dos atores, tanto os potenciais quanto os já inseridos na política.

Na sequência, a pesquisa apresenta o quadro de ocupação de vagas reservadas no período delimitado (2017- 2019), nos cursos escolhidos para análise, de modo a demonstrar os percentuais.

Após, a pesquisa bibliográfica fornece subsídios teóricos para a situação fática delineada, permitindo uma análise frente à literatura da área de Ciência Política, em especial, e de outros campos do conhecimento, na medida de sua necessidade.

Com relação à abordagem, imprescindível que se adote a mescla entre aspectos quantitativos e qualitativos. Neste sentido, a pesquisa se vale de dados que fornecem percentuais de ocupação (aspecto quantitativo), bem como de análise sobre as percepções dos atores, feitas a partir de um olhar qualitativo, mas também quantitativo, posto que tais resultados tomam a forma de gráficos e tabelas, para uma melhor apresentação do panorama construído.

A finalidade deste percurso é gerar um produto que contribua com o aperfeiçoamento da implementação da política, e que seja pautado pela preocupação com a ocupação das vagas destinadas para cotistas.

2.1 O nível de conhecimento da política de reserva de vagas por parte dos alunos do terceiro ano do ensino médio de escolas do município de São Borja

Como delineado anteriormente, o percurso metodológico desta pesquisa parte do conhecimento acerca do grau de informação de alunos concluintes do ensino médio sobre o sistema de reserva de vagas. Tal caminho justifica-se pelo entendimento de que o analista de políticas públicas pode (e em alguns casos, deve) iniciar sua investigação apropriando-se da realidade, ou seja, conhecendo a percepção de potenciais destinatários da política, bem como levando em consideração dados já existentes, como se dá com relação às taxas de ocupação de vagas, no período de 2017 a 2019, nos cursos de Ciências Humanas – Licenciatura

e Ciências Sociais – Ciência Política, ambos ofertados no Campus São Borja da UNIPAMPA.

Tem-se ciência de que não há como afirmar uma coincidência entre a amostra (alunos) e sua intenção em cursar as referidas graduações. Mesmo assim, é inegável que concluintes do ensino médio representam possíveis usuários das cotas, razão que sustenta o procedimento inicial desta pesquisa.

Conforme informações, fornecidas pela 35ª CRE, o município de São Borja possui 08 escolas que ofertam Ensino Médio, são elas: Colégio Estadual Getúlio Vargas, Colégio Estadual São Borja – CESB, Escola Estadual de Ensino Médio Apparício Silva Rillo, Escola Estadual de Ensino Médio Tricentenário, Escola Estadual Técnica Olavo Bilac, Escola Estadual de Ensino Médio Timbaúva, Instituto Estadual Arnaldo Matter e Instituto Estadual Padre Francisco Garcia.

Este nível de ensino tem, matriculados, um total de 1591⁵ alunos. A pesquisa foi aplicada a 138 (cento e trinta e oito) estudantes, especificamente do terceiro ano do ensino médio, no diurno, nos dias 30 de outubro de 2019, no Colégio Estadual São Borja - CESB; 31 de outubro de 2019, na Escola Estadual Técnica Olavo Bilac; no dia 1º de novembro de 2019, no Instituto Estadual Padre Francisco Garcia; e no dia 4 de novembro de 2019 no Instituto Estadual Arnaldo Matter e na Escola Estadual de Ensino Médio Apparício Silva Rillo.

O contato com os estabelecimentos de ensino foi pessoal, havendo uma ótima recepção da pesquisadora ao se apresentar como mestranda da UNIPAMPA. O que se pode perceber é que a universidade criou um vínculo de colaboração mútua forte e que possui acentuado prestígio nas citadas instituições.

Na sequência era imediatamente encaminhada às professoras supervisoras, que por sua vez, autorizavam a aplicação do questionário e indicavam as salas de aula para contato com os alunos.

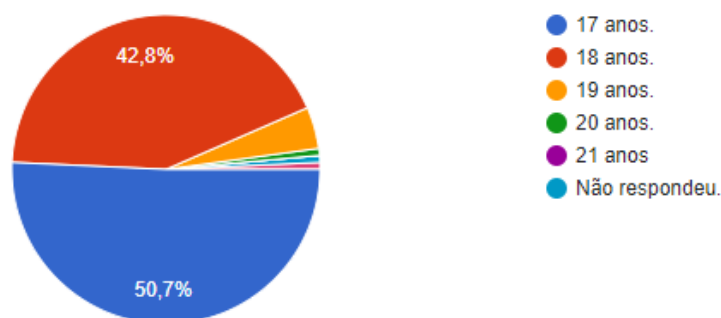
Após uma breve apresentação da pesquisa, os alunos imediatamente e espontaneamente aceitaram participar.

Um fato interessante é que as datas de aplicação dos questionários coincidiram com o período antecedente à aplicação das provas do Enem, que ocorreram nos dias 03 e 10 de novembro de 2019, o que permitiu que fosse feita uma ligação importante com o objeto de pesquisa.

⁵ Informação fornecida pela 35ª Coordenadoria Regional de Educação, em outubro de 2019.

Inicialmente, busca-se caracterizar minimamente o público alvo da aplicação desse questionário, levantando dados referentes à faixa etária e ao sexo. Da amostra, a grande maioria tem 17 anos (50,7%) e 18 anos (42,8%), conforme pode-se observar no gráfico e na tabela abaixo:

Gráfico 1 – Faixa etária dos alunos do ensino médio das escolas de São Borja



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Ainda no tocante à faixa etária, o quadro 1 permite uma visualização mais detalhada.

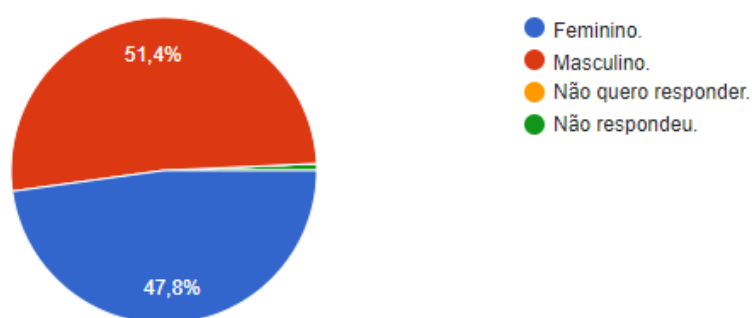
Quadro 1 – Quadro de Idade dos alunos do ensino médio das escolas de São Borja

Idade	Quantidade	Porcentagem
17 anos	70	50,7%
18 anos	59	42,8%
19 anos	6	4,3%
20 anos	1	0,7%
21 anos	1	0,7%
Não respondeu	1	0,7%
Total	138	100%

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O percentual entre o público feminino e masculino também é bem equilibrado, como pode ser visto no gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Gênero dos alunos do ensino médio das escolas de São Borja



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

De forma mais detalhada, o quadro 2 demonstra os quantitativos sobre a mesma questão:

QUADRO 2 – Gênero dos alunos do ensino médio das escolas de São Borja

Sexo	Quantidade	Porcentagem
F	66	47,8%
M	71	51,4%
Não quero responder	0	0%
Não respondeu	1	0,7%
Total	138	100%

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Do total de estudantes, 125 alunos, ou seja, 90,6% estudaram somente em escolas públicas; já 8,7% responderam que cursaram algum ano em escola particular, e somente um não respondeu (gráfico 3).

Gráfico 3 – Você sempre estudou em escola pública?

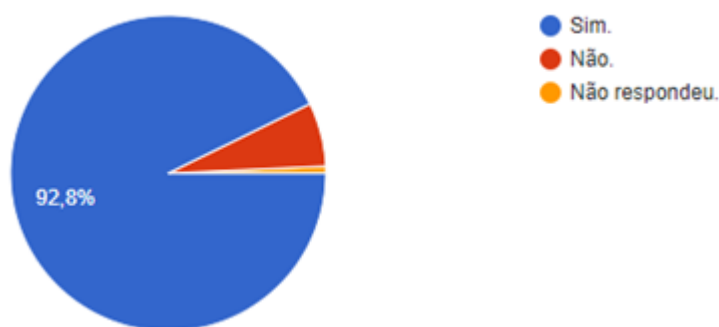


Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Esse dado é importante, pois demonstra o percentual de possível público alvo da reserva de vagas, já que para se inscrever pelas cotas os alunos têm que ter cursado todo o ensino médio em escolas públicas.

Outro dado a se destacar é o que revela que 128 alunos (92,8%) pretendem cursar o Ensino Superior, contra 6,5% que não têm esta intenção (gráfico 4). Novamente, somente um aluno não respondeu. Esses percentuais demonstram a grande parcela de público que o sistema de cotas pode atingir no município de São Borja.

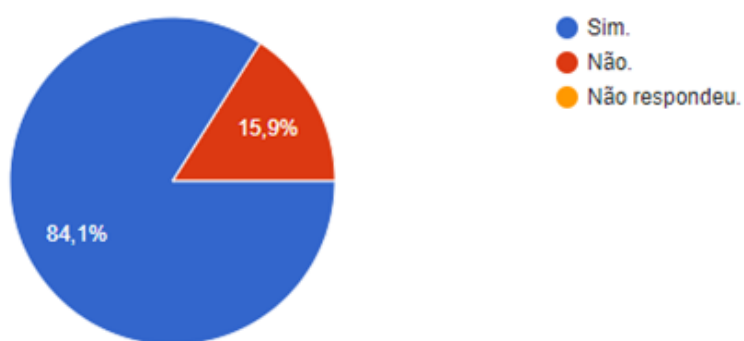
Gráfico 4 – Você pretende cursar o Ensino Superior (faculdade ou universidade)?



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Quando o assunto é o conhecimento acerca da gratuidade da UNIPAMPA, 84,1% dos alunos se declaram cientes deste fator, mesmo sendo um percentual significativo, verifica-se que há insuficiência, considerando que a Instituição está instalada no Município há mais de uma década. Observa-se, neste particular, um entrave à efetividade da política de reservas, posto que se os concluintes do Ensino Médio não sabem, em sua integralidade, que há uma universidade federal gratuita no Município em que residem, dificilmente todos os potenciais usuários conhecem o sistema de cotas.

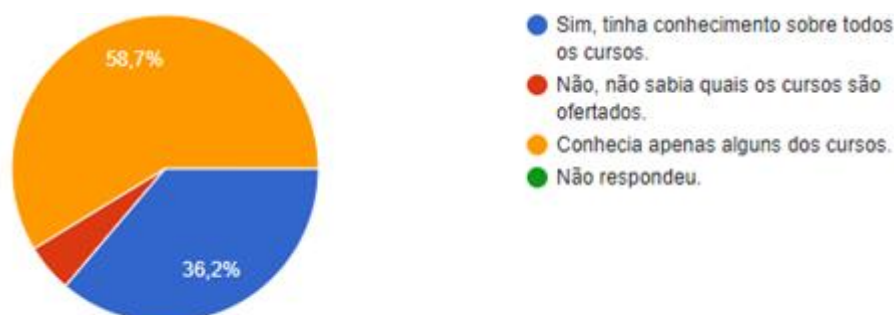
Gráfico 5 – Você sabia que a Universidade Federal do Pampa, que possui campus em São Borja, é gratuita?



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Acerca do conhecimento dos cursos ofertados no Campus São Borja, os percentuais demonstram que a universidade ainda tem que trabalhar bastante na divulgação, embora existam projetos executados e em execução com tal objetivo⁶. Somente 36,2% disseram ter conhecimento de todos os cursos do campus São Borja. Tal dado, assim como o explicitado no item anterior, pode impactar no acesso à política em exame, vez que mais de 60% dos alunos desconhece a oferta, em universidade pública, de cursos que podem estar entre as suas preferências.

Gráfico 6 – O conhecimento dos cursos ofertados pelo Campus São Borja

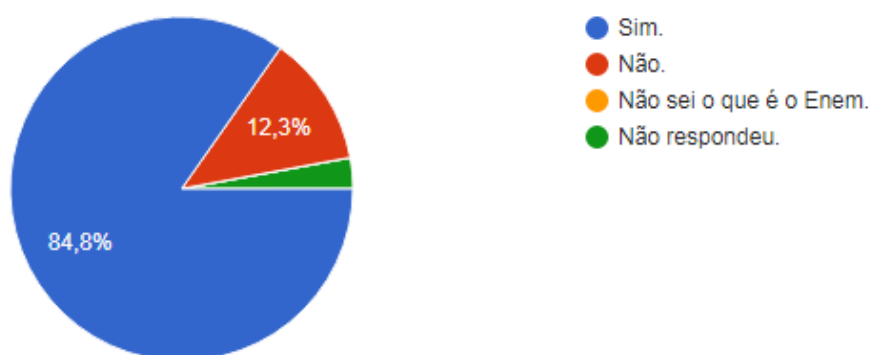


Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

⁶ Foi informado pela Coordenação Acadêmica do Campus São Borja o cadastro dos seguintes projetos de iniciativa de servidores do Campus São Borja: Projeto de extensão: Conhecendo a UNIPAMPA: um incentivo aos estudantes do ensino médio da rede pública de São Borja, coordenadora Katiúcia Pletiskaitz, período: 2012/2013; Projeto de extensão: Conhecendo a Unipampa, coordenador William de Souza Bernardes, período: 2016; Projeto de extensão: Conhecendo a Unipampa – edição 2017, coordenador William de Souza Bernardes, período: 2017; Projeto de extensão: Conhecendo a Unipampa – edição 2018, coordenador William de Souza Bernardes, período: 2018; e Projeto de extensão: Conhecendo a Unipampa – edição 2019, coordenador William de Souza Bernardes, período: 2019. Detalhamento deste último projeto: "O projeto tem como objetivo apresentar a Unipampa para estudantes do ensino fundamental e médio das escolas e outros grupos (como por exemplo, de cursos pré-vestibulares) através de pessoas que serão capacitadas para realizar essa atividade, aumentando o número de pessoas que tenham conhecimento da UNIPAMPA".

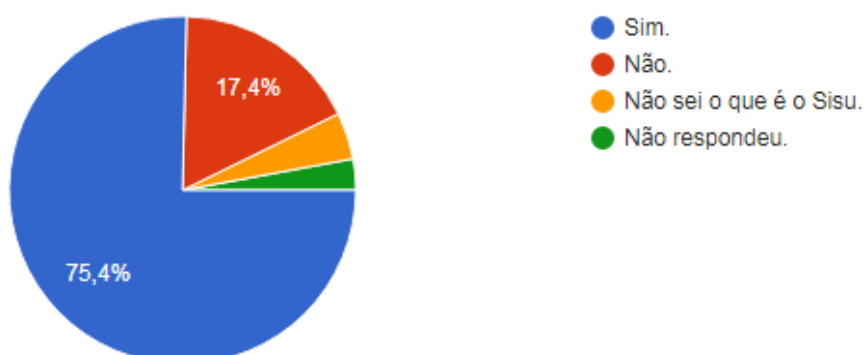
Quando questionados sobre o ingresso, 84,8% disseram saber que para concorrer a uma vaga, têm que fazer o Enem - Exame Nacional do Ensino Médio; e 75,4% declararam ter ciência de que com a nota do Enem podem se inscrever pelo SiSU - Sistema de Seleção Unificada do governo federal. Embora esses percentuais sejam altos, ainda há 12,3% e 17,4%, respectivamente, que relataram não ter esse conhecimento.

Gráfico 7 – Você sabia que existem cotas (vagas reservadas) para ingresso na UNIPAMPA?



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Gráfico 8 – Você sabia que para concorrer a uma vaga pelas cotas precisa fazer o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio)?



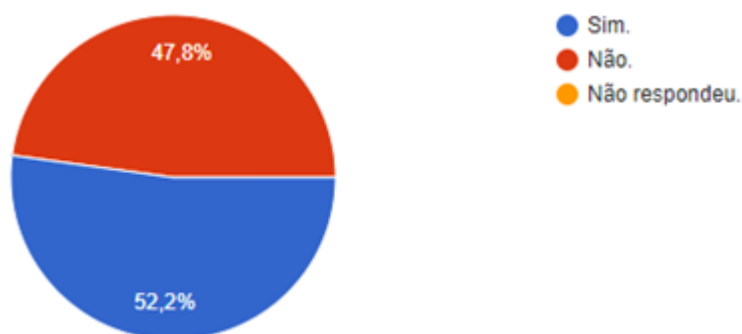
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Mais uma vez, destaca-se que apesar de serem percentuais baixos os de não conhecimento, esses valores demonstram que ainda há necessidade de uma melhor

divulgação sobre os procedimentos que o próprio poder público criou para o preenchimento das vagas ofertadas nas instituições públicas. São etapas que interferem diretamente na implementação da política de cotas, por isso é de se esperar que o próprio governo invista maciçamente em ações de divulgação e que os alunos das escolas públicas sejam os mais bem informados sobre esse assunto.

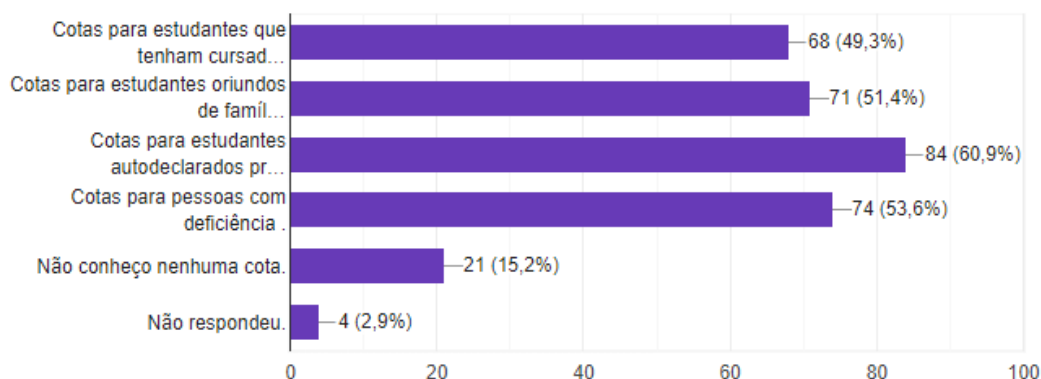
Já quando questionados especificamente sobre o conhecimento do sistema de reserva de vagas, somente a metade dos alunos disse saber da existência das cotas para ingresso na UNIPAMPA. E o mais impressionante é que a maioria relata só ter ouvido falar de cotas para autodeclarados (60,9%) e para pessoas com deficiência (53,6%). A metade não tem conhecimento de que há reserva de vagas para alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas e nem que há reserva para integrantes de famílias de baixa renda. O mesmo percentual que desconhece as cotas se apresenta quanto às modalidades de cotas, como demonstram os gráficos seguintes:

Gráfico 9 – Você sabia que com a nota do Enem, pode se inscrever pelo SiSU (Sistema de Seleção Unificada) para uma vaga na UNIPAMPA?



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

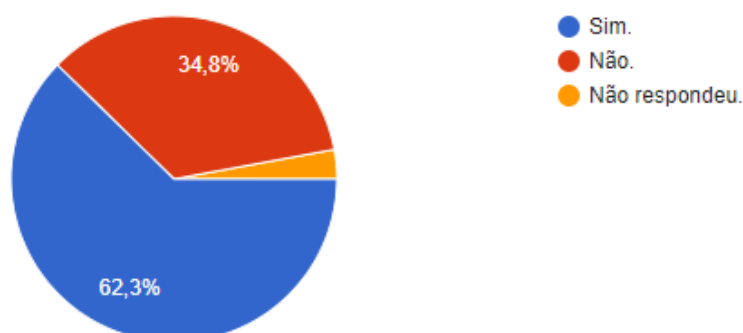
Gráfico 10 – Tipos de cotas que os estudantes conhecem



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Por fim, foi questionado se eles se inscreveriam pelas cotas, ao que 62,3% responderam que sim. Já é um percentual maior do que o número dos que afirmaram conhecer o sistema de cotas. Assim, só por esse número, depreende-se que é preciso que seja feito um trabalho de divulgação sobre o sistema. Talvez esta iniciativa possa romper com alguma resistência dos 34,8% que responderam que não, já que pode algum estudante ter dito que não se inscreveria por mero preconceito, advindo do desconhecimento da reserva, de como esta funciona e o que objetiva.

Gráfico 11 – Você se inscreveria pelas cotas?



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Diante dos números apresentados, é possível tecer uma conclusão parcial acerca do sistema de reserva de vagas, no que diz respeito ao nível de conhecimento da política por parte dos alunos do terceiro ano do ensino médio de escolas do município de São Borja, já que os dados apontam que: a maioria pretende cursar o ensino superior; grande parte conhece a gratuidade da UNIPAMPA, a necessidade do Enem, o SiSU e inscrever-se-iam pelas cotas. Porém, ainda há que se trabalhar na divulgação: dos cursos ofertados pelo campus, da

existência de vagas reservadas para ingresso na instituição e, principalmente, dos tipos de cotas.

2.2 Taxas de ocupação de vagas reservadas nos Cursos de Ciências Humanas – Licenciatura e Ciências Sociais – Ciência Política (UNIPAMPA – 2017 a 2019)

Em levantamento feito junto a Secretaria Acadêmica do Campus São Borja, acerca das taxas de ocupação das vagas reservadas pelas cotas, nos cursos objeto de análise, foi possível observar um decréscimo no número de ocupação de 2017 a 2019, principalmente no curso de Ciências Sociais – Ciência Política, que das 25 vagas reservadas ocupou: em 2017, 12; em 2018, 8; e em 2019, 9.

Quadro 3 – Ocupação das vagas reservadas

Matrícula pela Reserva de Vagas			
Ciências Humanas – Licenciatura			
Vagas Reservadas	Matrículas		
	2017	2018	2019
25	27	18	13
Ciências Sociais - Ciência Política			
Vagas Reservadas	Matrículas		
	2017	2018	2019
25	12	8	9

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Considere-se a circunstância de que esses números apresentam-se após ser feito um remanejamento das vagas entre as cotas, na tentativa de preenchimento das não ocupadas, durante o período de matrículas, percebe-se o quadro mais crítico ainda, pois essas vagas não estariam sendo preenchidas por parcela que representa a população naquela determinada reserva. Dito de outra forma, se há

remanejamento de vaga da reserva “escola pública e autodeclarado” para “somente escola pública”, significa que aquela parcela de autodeclarados não está sendo atendida pelo sistema.

Ao aprofundar a análise, observa-se que no ano de 2017, o curso de Ciências Humanas - Licenciatura teve a totalidade das vagas ocupadas, enquanto Ciências Sociais – Ciência Política teve menos de 50% das vagas ocupadas. O interessante é que nesse ano somente existiam 4 (quatro) tipos de cotas ofertadas pela reserva, o que tornava a inscrição mais simples. As modalidades eram as seguintes naquele ano então:

- L1: Escola Pública e Renda;
- L2: Escola Pública, Renda e Autodeclarados;
- L5: Escola Pública; e
- L6: Escola Pública e Autodeclarados.

A partir de 2018, adicionaram-se quatro novas opções de cotas, o que pode ter tornado mais complicado o entendimento dessas subdivisões das vagas pelos candidatos. Com a mudança, coincidentemente ou não, a ocupação de vagas diminuiu, o que colabora com a hipótese de entraves do sistema dificultarem o processo. São elas:

- L9: Escola Pública, Renda e Deficiência;
- L10: Escola Pública, Renda, Autodeclarados e Deficiência;
- L13: Escola Pública e Deficiência;
- L14: Escola Pública, Autodeclarados e Deficiência;

Já em 2018 e 2019, com detalhamento das matrículas pelo perfil do público alvo, constante no quadro 4, é possível observar que a situação é mais crítica em algumas modalidades, como a referente a pessoas com deficiência.

Quadro 4 – Matrículas pelo Perfil do Público Atendido

Matrículas por Perfil do Público Atendido					
Perfil	Vagas	Ciências Humanas - Licenciatura		Ciências Sociais - Ciência Política	
		2018	2019	2018	2019
		Matrículas	Matrículas	Matrículas	Matrículas
Escola Pública	25	18	13	8	9
Renda	13	11	6	4	5
Autodeclarados	10	4	2	2	1

Deficiência	6	1	0	0	0
-------------	---	---	---	---	---

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A partir dos dados expostos na tabela 4, verifica-se que, nos anos de 2018 e 2019, foram reservadas 25 vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas; 13 para estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita; 10 para estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e 6 vagas para pessoas com deficiência.

Desse total de vagas reservadas, no curso de Ciências Humanas - Licenciatura, foram efetivadas, em 2018, respectivamente: 72%; 84,61%; 40%; e 16,66%. Já em 2019, foram: 52%; 46,15%; 20%, e 0%. Observa-se, portanto, uma queda significativa no percentual de matrículas nas modalidades de cotas.

Já no curso de Ciências Sociais – Ciência Política, a situação se apresenta bem mais crítica. Os percentuais de matrículas efetivadas, em 2018, respectivamente, foram: 32%; 30,77%; 20%; e 0%. Em 2019, foram: 36%; 38,46%, 10%; e 0%. Embora nesse curso a queda de 2018 para 2019 não tenha sido tão acentuada, o bacharelado já vinha apresentando baixo percentual de ocupação anteriormente.

Verifica-se, também, que quando o perfil é de candidato autodeclarado e candidato com deficiência, as taxas de ocupação tendem a zero ou a um percentual não significativo, 10 a 20%. Esta constatação faz ponderar que talvez os números reflitam os níveis de desigualdade no Brasil.

2.3 Percepção dos atores institucionais acerca de entraves ao ingresso de cotistas

Com o objetivo de verificar a percepção dos atores com relação ao processo de ocupação de vagas, que se dá no momento da matrícula, com validação das informações fornecidas pelos candidatos no momento da inscrição, foi aplicado um questionário aos servidores que trabalham nessa etapa.

Busca-se identificar as razões que obstaculizam a efetivação de matrículas de candidatos inscritos na reserva de vagas, verificando se as pessoas selecionadas comparecem para efetivar a matrícula, se ocorrem problemas com documentos por

elas apresentados ou se informam dados que não conseguem validar nas comissões.

Assim, no intuito de captar a percepção dos personagens envolvidos, foi aplicado o segundo questionário desta pesquisa aos servidores que trabalham, com o processo de ingresso dos alunos cotistas, na Secretaria Acadêmica e nas Comissões de Validação.

Dos 21 servidores que trabalharam efetivamente em registros acadêmicos e nas comissões de validação, para ingresso no primeiro semestre de 2020, praticamente os mesmos do ano anterior, 18 responderam.

A distribuição percentual desses, com relação ao setor e atividade desempenhada, é de 33,3% do Registro Acadêmico, 33,3% da Comissão de Validação e Análise de Renda, 22,2% da Comissão de Validação de Auto-declaração de Raça/Etnia e 11,1% da Comissão de Validação da Condição de Pessoa com Deficiência (gráfico 12).

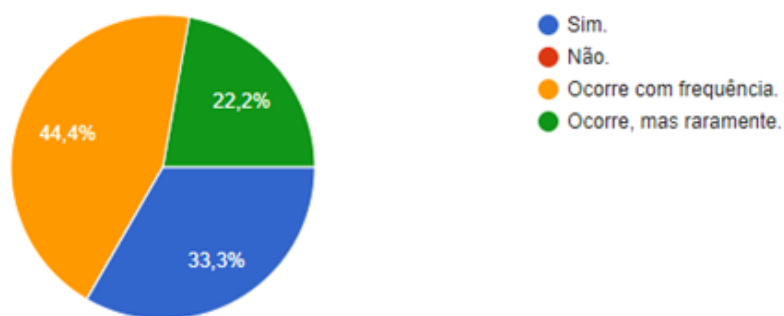
Gráfico 12 – Setor em que trabalhou no período de ingresso de candidatos



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Quando questionados se os aprovados pela reserva de vagas comparecem para a matrícula, 77,7% (Gráfico 13) responderam positivamente, sendo que nenhum servidor respondeu que não comparecem.

Gráfico 13 – Os aprovados pela reserva de vagas comparecem para matrícula?

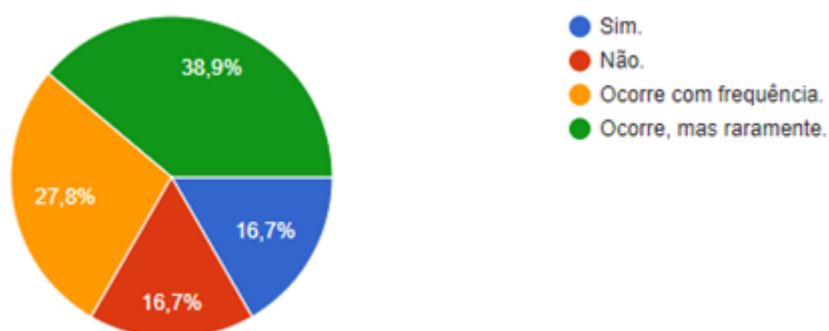


Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Percebe-se que o problema da não ocupação das vagas não tem relação com o comparecimento dos candidatos à etapa de matrícula.

Porém, os problemas começam a aparecer no momento da apresentação dos documentos para esta, pois somente 16,7% responderam que não ocorrem problemas nesta etapa.

Gráfico 14 – Ocorrem problemas com documentos apresentados que inviabilizam a matrícula?

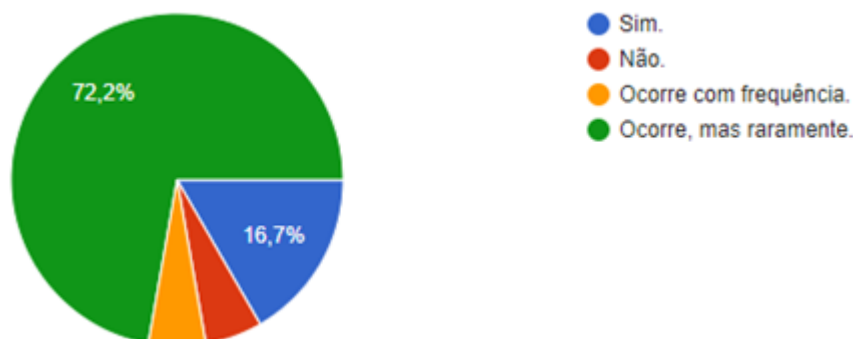


Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Esses valores fazem crer que aqui começam os problemas de ocupação de vagas, já que aproximadamente a metade dos questionados responderam que sim (16,7%) e que ocorre com frequência (27,8%).

Já, quando questionados se os candidatos não conseguem confirmar os dados informados na inscrição, 72,2% responderam que raramente. Somente uma resposta foi que não e uma resposta foi que ocorre com frequência (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Os candidatos informam dados na inscrição que não conseguem confirmar?

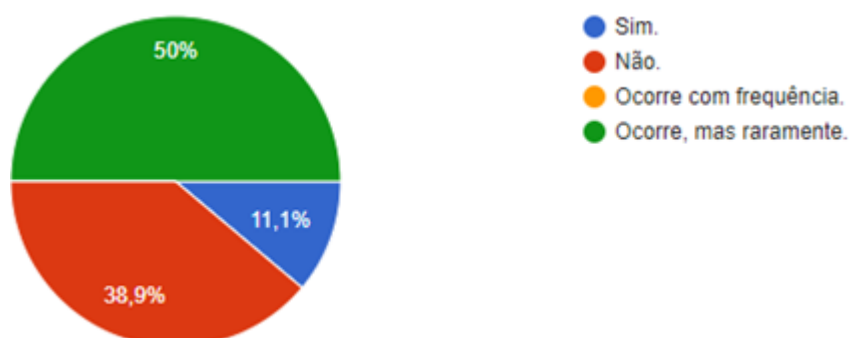


Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Desses dois últimos questionamentos, depreende-se que a questão de erros na documentação apresentada para a matrícula é um problema, mas que a etapa de comprovação pode superar ou sanar, visto que, a maioria consegue confirmar as informações. Isso pode ter relação com um trabalho pró-ativo das comissões.

Relativamente a queixas de candidatos com relação ao sistema de inscrição, 88,9% dos entrevistados responderam que os candidatos não apresentam queixas.

Gráfico 16 – Há queixas dos candidatos com relação ao sistema de inscrição?



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

O baixo número de queixas com relação ao sistema de inscrição faz crer que essa hipótese levantada não tem relação direta com o baixo número de ocupação das vagas.

Já, quando solicitado aos questionados que indicassem alguma situação que vivenciou no processo de matrículas, começam a aparecer problemas relacionados

à ocupação, tais como: falhas no sistema e sistema incompleto. Nesse caso, com referência ao sistema GURI, que é operado internamente no momento da matrícula e não ao sistema do SiSU, através do qual os candidatos se inscrevem; destaca-se as seguintes afirmações: “candidatos com dificuldade de entendimento dos formulários” (SERVIDOR 13)⁷; e “falta de documentos comprobatórios” (SERVIDOR 17).

Relativamente à comprovação de deficiência, é a dificuldade mais apontada pelos questionados. Citam questões como: “deficiência não estava de acordo com o exigido pela legislação” (SERVIDOR 5); “laudo que não justificava e não se encaixava na solicitação” (SERVIDOR 8); e “documentos apresentados não atende (sic) ao que a legislação define como deficiência” (SERVIDOR 4).

O problema da comprovação da deficiência é citado cinco vezes pelos questionados. Dentre elas, “uma tentativa deliberada de fraude” (SERVIDOR 9). Deduz-se que isso ocorre com pouca frequência.

Com relação à comprovação da renda, é citada a “não observância do edital em relação às comprovações de renda” (SERVIDOR 16) e criticadas as várias retificações de editais. Inclusive, isso é apontado como fator que confundiu uma candidata, pois ela se inscreveu em cota errada “por não perceber a correção que um edital fez ao outro” (SERVIDOR 15). É relacionada, ainda, a “dificuldade em atender as recomendações do edital por parte dos candidatos” (SERVIDOR 11), pelo menos por duas vezes, mesmo número de vezes que os servidores citam “inscrição na cota errada” (SERVIDOR 1).

Quanto a estes dados, uma ponderação faz-se necessária. Observa-se na dificuldade em atender a recomendações dos editais duas hipóteses conjugadas que podem ser submetidas à apreciação dos gestores, representadas pelo problema do analfabetismo funcional somado à linguagem técnica das chamadas públicas. Conforme o estudo Indicador de Analfabetismo Funcional, elaborado pelo Instituto Montenegro e pela Ação Educativa, no Brasil, 38 milhões de pessoas enquadram-se no conceito. Não se defende aqui o abandono de termos que, necessariamente, precisam ser técnicos; porém, as ações de aperfeiçoamento da política – como o

⁷ Os servidores que responderam ao segundo questionário desta pesquisa, ou seja, os que trabalharam no processo de ingresso dos alunos cotistas são identificados como: SERVIDOR 1, SERVIDOR 2, SERVIDOR 3, ..., SERVIDOR 18. Isso é feito, com a finalidade de se manter a identidade desses sujeitos em anonimato.

projeto de extensão proposto como produto técnico desta dissertação, devem considerar a variável da linguagem mais acessível.

A comissão de heteroindentificação apresenta-se como a que gerou mais debate entre os membros para chegarem a um consenso. Com relação a isso, o servidor 6 julga ser a comissão que mais dificuldades teve para estabelecer um parecer.

Nesta comissão, novamente se apresenta o problema da inscrição em cota errada. “A candidata parecia não compreender que avaliação era pelo fenótipo e não por parentesco” (SERVIDOR 3).

A questão da heteroindentificação é relacionada por três vezes como problema e ressaltada a necessidade de “capacitação de todos da Comissão também nesta área” (SERVIDOR 2).

A necessidade de capacitação de todas as comissões é citada tanto para o desempenho da atividade específica da comissão, como para suporte emocional: “não só do ponto de vista técnico, mas humano - trato/emocional” (SERVIDOR 2). É marcante para a comissão o caso de “uma candidata se emocionou muito durante o processo, contudo, o controle emocional e bom senso, da comissão foi fundamental” (SERVIDOR 2).

A próxima questão, pergunta se na opinião deles, há algum meio de melhorar o funcionamento do sistema de reserva de vagas. Foi solicitado que em caso positivo, informassem.

Cinco questionados dizem que acreditam que não há problemas com o processo. Inclusive citam que “o sistema é bom, porém muito mal usado” (SERVIDOR 1).

Nesse sentido, é sugerido que a universidade adote o “preenchimento online de todos os formulários acompanhado apenas do ateste de veracidade” (SERVIDOR 13) e que dentro do sistema GURI exista uma triagem dos candidatos, com a inclusão das declarações de forma digital, que o candidato se responsabilize pelas declarações prestadas.

Somente uma vez falam em “maior divulgação prévia dos mecanismos de permanência da universidade à comunidade externa, p. ex.” (SERVIDOR 9). Talvez porque isso não tenha relação direta com os interesses dos membros das comissões, mas com os dos candidatos.

Mais uma vez, e por três servidores, é citada a necessidade de capacitação de todos os membros das comissões, inclusive com encontros periódicos entre estas e com oferta de cursos. Ressaltam a importância desse treinamento, apesar de demonstrarem ciência da dificuldade de transporte/diárias para todos.

Com relação à comissão de heteroidentificação, percebe-se como a mais necessitada de suporte para que seus membros sintam-se seguros no desempenho de suas atividades. Nesse sentido, citaram que “conceitos definidos ajudaria a não ser discricionário; muitas vezes é à luz subjetiva do avaliador da situação” (SERVIDOR 17).

Essa necessidade aparece também quando a questão é a alteração frequente de instruções que recebem para análise:

[...] por exemplo em nossa comissão neste ano podemos apenas analisar os traços físicos do candidato. Segundo o edital de 2018 - poderíamos requerer documentos para comprovação da ancestralidade. Mas tudo é questão de ajustes como já mencionei” (SERVIDOR 6).

Além do grande número de retificações dos editais, é relatado também, como fator que confunde os candidatos a criação de mais modalidades no sistema de cotas: “na prática podemos notar que isso acabou confundindo ainda mais os candidatos que, por vezes atrapalham-se na escolha. Penso que um sistema mais sucinto e enxuto seria mais eficiente” (SERVIDOR 15). Essa questão foge ao alcance do presente trabalho, porém um investimento em apresentação e esclarecimento das muitas cotas aos candidatos talvez possa mitigar um pouco esse problema, além da atenção à questão da linguagem dos editais, como já referido.

Nesta questão, retorna importância da atenção dos candidatos com deficiência aos editais do processo e a necessidade da leitura atenta do Edital:

A UNIPAMPA tem envidado esforços no sentido de qualificar seu processo de reserva de vagas, ao elaborar um formulário que deve ser preenchido pelo profissional da saúde, de modo que os laudos respondam aos critérios da legislação. Embora o formulário não seja obrigatório, ele dá as coordenadas. Mas é claro que não cabe ao médico instruir o candidato para a possibilidade de aplicação do laudo até porque as instituições podem se basear em diferentes legislações (SERVIDOR 4).

Nesse sentido, reforça-se a possibilidade de dificuldade interpretação dos termos do edital, sendo sugerida “a divulgação dos contatos das equipes de apoio para tirar dúvidas antes de a pessoa optar pela modalidade de cota” (SERVIDOR 4).

Outro questionado cita, além da questão de existirem muitos editais, haver ainda um termo de adesão e notificações na página da UNIPAMPA. Percebe-se que são documentos do processo com informações que se complementam e não estão reunidas em um único documento, o que pode deixar os candidatos confusos pelo excesso de informações.

Somente um questionado, disse não ter “opinião formada a respeito disso” (SERVIDOR 12).

Da análise das respostas, observa-se que não há problemas no comparecimento dos candidatos à matrícula e que a maioria dos erros na documentação têm sido sanados. Ainda, que é baixo o número de queixas dos candidatos com relação ao sistema SiSU, porém os servidores queixam-se do sistema GURI.

Impressiona, mas não surpreende que os maiores problemas ocorrem com a validação das cotas de deficiência e de heteroidentificação. Isso os dados de matrículas já refletiam, mas aqui surgem mais pistas dos problemas.

No caso da deficiência, laudos que não as comprovam, ou deficiências em desacordo com a legislação. Na questão da heteroidentificação, percebe-se insegurança dos membros da comissão, que são os que mais reclamaram por capacitação e das mudanças frequentes nas orientações. A comprovação da renda é pouco citada e em sintonia com o problema de observância do edital. Este é muito criticado, assim como os vários documentos com informações complementares.

Importante frisar a necessidade de apoio emocional da instituição a esses servidores, bem como aos candidatos que têm suas matrículas indeferidas, assim como parece ser muito importante a atenção ao atendimento ao cotista, antes do período de matrícula. Além disso, vale mencionar que o campus conta com equipe de bolsistas de apoio ao ingresso, que atua justamente no esclarecimento de dúvidas de todas as pessoas que desejam efetuar as matrículas.

Com relação à hipótese relativa a “entraves no sistema”, apresentada no problema de pesquisa, conclui-se que há sim entraves no sistema, porém mais especificamente o interno da UNIPAMPA, o sistema GURI, que pode ser melhorado

com a atenção às necessidades das comissões, bem como, o sistema de matrícula em geral, no que diz respeito a editais, divulgação e atendimento a candidatos em período pré-matrículas.

Um terceiro questionário foi aplicado ao NuDE - Núcleo de Desenvolvimento Educacional. Neste instrumento, o foco dirige-se ao exame de quais as iniciativas e acompanhamentos são realizados pelo Núcleo especificamente com relação ao ingresso dos cotistas. O objetivo é a percepção sobre a quarta hipótese presente no problema de pesquisa: “ausência ou insuficiência de mecanismos voltados ao processo de ocupação das vagas reservadas”. O questionário foi respondido por dois servidores do setor, o que representa 50% do total de pessoas.

O primeiro questionamento é com relação a quais iniciativas são realizadas pelo Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), com relação aos ingressantes cotistas. Foi respondido que primeiramente é dada atenção às condições que a necessidade do candidato exige para a matrícula, principalmente no caso de candidato com deficiência. Como por exemplo: um intérprete para um candidato surdo ou uma guia de assinatura para um candidato cego.

Na sequência, é feito um momento de acolhimento e entrevista. Nesse momento o assistente social já “inicia a orientação sobre os benefícios a que esse candidato possivelmente tenha direito e a sua integração na coletividade discente; enquanto a equipe de apoio pedagógico buscará saber as necessidades de cada cotista no que se refere ao processo acadêmico” (SERVIDOR A)⁸.

Posteriormente, são elaboradas orientações ao coordenador e aos docentes do curso em que o candidato ingressou.

Ainda, este passará a receber acompanhamento “ao longo do curso pela equipe NUDE em articulação com as equipes docentes e, se for o caso, em articulação com outras redes, como serviço de saúde, assistência social, família, etc” (SERVIDOR A).

Observa-se que o setor pretende atender satisfatoriamente as necessidades dos candidatos com relação ao momento da matrícula, mas não é citada nenhuma preocupação com relação ao momento pré-matrícula ou o período de inscrição.

⁸ Os servidores que responderam ao terceiro questionário desta pesquisa, ou seja, os que trabalharam no NuDE, durante o processo de ingresso dos alunos cotistas, são identificados como: SERVIDOR A e SERVIDOR B. Isso é feito, com a finalidade de se manter a identidade desses sujeitos em anonimato.

Quando questionados se há queixas dos candidatos com relação ao sistema de inscrição, as respostas são negativas.

Já quando perguntados se há algum meio de conferir ainda mais qualidade às ações do NuDE, no que se refere aos ingressantes cotistas. O servidor B respondeu que não, enquanto o outro, quanto ao processo de ingresso, sugeriu que “um vídeo informativo sobre os critérios a serem verificados pelas comissões de cotas a ser veiculado na página principal junto aos editais de chamada para matrícula seja uma medida interessante” (SERVIDOR A).

Certamente essa sugestão é importante a fim de se deixar os critérios mais publicizados e esclarecidos ao público alvo, até porque já restou constatada na pesquisa a dificuldade de compreensão dos editais, e esta iniciativa poderia auxiliar neste sentido, o que também integra o projeto de extensão proposto como produto técnico.

Ressalta-se aqui, que no conjunto dos setores, tem-se a impressão que eles ficam muito presos ao momento de matrícula dos candidatos, que há necessidade de saída do ambiente da universidade e encontro com o público alvo.

3 O DEVER-SER DA POLÍTICA DE RESERVA DE VAGAS: histórico e aportes jurídicos

3.1 Fundamentos para o surgimento do sistema de cotas em instituições públicas federais

3.1.1 O sistema de reserva de vagas

Recentemente, as universidades federais têm participado do processo de democratização do acesso ao ensino superior através de políticas públicas que pretendem atender essa demanda, principalmente através do sistema de reserva de vagas, implantado pela Lei Federal n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

A política pública de reservas de vagas é entendida também como ações afirmativas e/ou sistema de cotas. Um conceito claro é o elaborado por Gomes (2005), que as caracteriza, destacando seu amplo alcance:

Atualmente, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (GOMES, 2005, p. 55).

Nesse sentido, cumpre reiterar que educação e igualdade são direitos fundamentais garantidos pelo texto da Constituição Federal vigente (CF/88). Assim, vale que se esclareça o significado de tal fundamentalidade:

[...] o termo “direitos fundamentais” se aplica àqueles direitos (em geral atribuídos à pessoa humana) reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado [...] (SARLET, 2017, p. 303).

Em seu artigo 6º, a CF/88 prevê a educação como direito fundamental e complementa, no art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Já quanto à igualdade, a Carta Magna estabelece, em seu artigo 5º, que “todos são iguais perante a lei” (BRASIL, CRFB 1988, Art. 5º). Assim, quando se fala em ações afirmativas na educação, trata-se de atender esse direito de forma a igualar os desiguais em suas desigualdades.

Só de modo genérico e retórico se pode afirmar que todos são iguais com relação aos três direitos sociais fundamentais (ao trabalho, à instrução e à saúde); ao contrário, é possível dizer, realisticamente, que todos são iguais no gozo das liberdades negativas. E não é possível afirmar aquela primeira igualdade porque, na atribuição dos direitos sociais, não se podem deixar de levar em conta as diferenças específicas, que são relevantes para distinguir um indivíduo de outro, ou melhor, um grupo de indivíduos de outro grupo (BOBBIO, 2004, p. 34).

Observam Haas e Linhares que

[...] as ações afirmativas se constituem instrumentos de concretização da igualdade material. Neste sentido são, portanto, políticas públicas que dão preferência a segmentos sociais marginalizados no acesso aos direitos sociais, sobretudo à educação e ao mercado de trabalho (HAAS; LINHARES, 2012, p. 844).

Historicamente, o ensino superior público no Brasil sempre foi visto como privilégio para a elite, principalmente pelo processo de seleção que sempre se adotou. Neste particular, “é forçoso reconhecer que o critério de seleção ao ensino superior baseado somente no mérito para selecionar estudantes universitários pode proporcionar a perpetuação das desigualdades de origem escolar” (HAAS; LINHARES, 2012, p. 856).

O acesso às vagas das instituições federais de ensino superior sempre foi motivo de muitas críticas pelo rigor dos processos seletivos, fator que fazia com que fossem ocupadas, em sua maioria, por estudantes das classes mais altas da sociedade brasileira.

Bourdieu distingue freqüentemente três conjuntos de disposições e de estratégias de investimento escolar que seriam adotadas tendencialmente pelas classes populares, classes médias (ou pequena burguesia) e pelas elites. O primeiro desses grupos, pobre em capital econômico e cultural, tenderia a investir de modo moderado no sistema de ensino. Esse investimento, relativamente baixo, se explicaria por várias razões. Em primeiro lugar, a percepção, a partir dos exemplos acumulados, de que as chances de sucesso são reduzidas (faltariam os recursos econômicos, sociais e, sobretudo, culturais necessários para um bom desempenho escolar). Isso tornaria o retorno do investimento muito incerto e, portanto, o risco muito alto. Essa incerteza e esse risco seriam ainda maiores pelo fato de que o retorno do investimento escolar é dado no longo prazo. Essas famílias estariam, em função de sua condição socioeconômica, menos preparadas para suportar os custos econômicos dessa espera (especialmente, o adiamento da entrada dos filhos no mercado de trabalho) (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 23-24).

Na intenção de corrigir tais problemas, algumas universidades foram pioneiras na implantação de ações afirmativas próprias.

Foram iniciadas no estado do Rio de Janeiro, que aprovou leis aplicáveis à Universidade do Estado do Rio de Janeiro–Uerj e à Universidade Estadual do Norte Fluminense–Uenf. Outra unidade da federação que fez algo semelhante foi o Mato Grosso do Sul, que em 2003 aprovou legislação própria. Ancorada na sua autonomia, também em 2003, a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) aprovou em seu Conselho Universitário a adoção

das cotas, situação parecida ocorreu na Universidade de Brasília (UnB). De maneira singular, aos poucos as medidas de ações afirmativas nas IES passaram a se concretizar (SANTOS, 2012, p. 293).

Atualmente, as universidades federais têm participado do processo de democratização do acesso ao ensino superior pela implantação do sistema de reserva de vagas através da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012. Nessas instituições, deverão ser reservadas: 50% (cinquenta por cento) das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dessas, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita. Ainda, deverão ser repartidas para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas; e para pessoas com deficiência.

Muitas são as críticas de que a reserva de vagas é alvo. Um dos argumentos vem de Leite, que entende como uma política particularista, a qual, “lamentavelmente, acaba reforçando uma pretensa incapacidade desses indivíduos, posto que se baseia na utilização do desprestígio como critério específico” (LEITE, 2011, p. 29).

Já Carvalho e Gamboa (2014, p. 188) declaram que a ausência de estudos contribui para a manutenção das desigualdades no Brasil e que as contradições das políticas públicas podem permear as desigualdades. Pois, segundo os autores, “são elementos que escondem os reais interesses sociais, políticos e econômicos que constituem a sociedade” (CARVALHO; GAMBOA, 2014, p. 189).

Observa Leite (2012, p. 355) que a questão é estrutural, não conjuntural e que o governo cala-se quanto à permanência e ao mercado de trabalho para os que conseguirem concluir seu curso. A autora diz ainda que a política pública é muito importante, mas que somente a garantia de concorrência mais igual para o acesso não é o suficiente. Haas e Linhares (2012, p. 849), por sua vez, declaram que “não basta que o Estado se abstenha de tratar desigualmente, mas é necessário que atue positivamente com a adoção de medidas concretas que reduzam a desigualdade.”

Além disso, é preciso ampliar as vagas; “não basta estabelecer reservas no limitado estoque de vagas hoje oferecidas pelas IES públicas, é necessário, também, viabilizar a ampliação geral de vagas” (SANTOS, 2012, p. 307).

Apesar das críticas, há muitas defesas pelas cotas. Pesquisadores já puderam comprovar que muitos argumentos contrários não se sustentam na

realidade. Pesquisas realizadas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2005 e 2006, constataram que alunos cotistas superaram as deficiências curriculares iniciais, acompanhando as matérias tão bem quanto os seus colegas que não se valeram do sistema de cotas, e demonstraram a capacidade de superação dos que recebem estímulo especial para romper barreiras estruturais (BEZERRA; GURGEL, 2012, p. 106).

Quanto à evasão, detectaram que era maior entre não cotistas e afirmam que “ao incrementar-se o investimento no ensino de base, como forma de garantir a igualdade de condições dos alunos provenientes de escolas da rede pública, tal política tornar-se-á desnecessária” (BEZERRA; GURGEL, 2012, p. 112-113).

Já Peron (2012, p. 332), aponta que “educação é um dos âmbitos em que os bons resultados das políticas públicas são colhidos em prazo médio e longo” e “um dos benefícios da Lei das Cotas é chamar atenção das elites e tomadores de decisão para o problema da deterioração gradual da qualidade do ensino público no Brasil” (PERON, 2012, p. 336).

Importante lembrar que a “integração entre diferentes grupos sociais no espaço educacional acarreta a aceitação da diversidade cultural, ou seja, a admissão da diferença, da dessemelhança, e a aceitação do outro” (HAAS; LINHARES, 2012, p. 844). Para além disso, destaca-se que “por trás das lutas de uma escola para todos, se situam as lutas por uma sociedade de todos para todos” (SANTOS; RABELO, 2012, p. 327).

Assim sendo, conclui-se que por ser uma política pública nova, polêmica e de forte impacto social, é de grande importância seu estudo para desmistificar argumentos e mensurar a sua contribuição para a democratização do acesso ao ensino superior nas universidades federais, bem como sua relação com as demais políticas públicas da área educacional.

3.1.2 O sistema de reserva de vagas na UNIPAMPA

A Universidade Federal do Pampa foi criada através da Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008, com um formato multicampi. Possui sua reitoria localizada na cidade de Bagé, e totaliza 10 *campi*, sendo o Campus São Borja o escolhido para a aplicação desta pesquisa. O Campus São Borja fica localizado na região fronteira entre o Brasil e a Argentina, mais precisamente no município de São Borja, que faz

divisa com Santo Tomé, Corrientes, Argentina, região que é estratégica para a defesa nacional.

A UNIPAMPA foi criada dentro de uma estratégia de política pública, pensada para o desenvolvimento da Região Sul do Rio Grande do Sul. É papel do Estado fomentar o desenvolvimento local e regional, já que estes espaços sofreram com uma forma de política de ocupação do Rio Grande do Sul, que produziu e acirrou as desigualdades, assim como, com uma produção territorial alicerçada na distância social; carentes de políticas específicas para oportunizar seu desenvolvimento, estimulando avanços de caráter econômico e social dessas regiões, mas também garantindo direitos sociais, os quais recebem a denominação de positivos, justamente por exigirem uma atuação estatal.

Conforme o segundo o Relatório Final do Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Oeste COREDE-FO (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2010-2020, 2010, a Fronteira-Oeste do Rio Grande do Sul é considerada a região mais empobrecida do estado. A maioria absoluta dos municípios da região possui o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) abaixo do índice do Estado e também a maioria desses municípios possui renda per capita inferior ao índice do Estado.

Ainda segundo o Relatório, a região Fronteira Oeste, que possui 13 municípios (Alegrete, Barra do Quaraí, Itacurubi, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Sant'Ana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana), apresentava decréscimo demográfico até 2007, somente interrompendo o declínio em 2008. No período entre 2001 a 2008, a densidade demográfica teve índice abaixo da média do estado.

Entre 1990 e 2002, o PIB *per capita* dessa região aumentou a uma taxa de crescimento mais alta do que a média estadual; porém, o seu PIB *per capita* ainda é por volta de 76% do valor médio gaúcho. Ainda conforme o relatório, a região é desindustrializada e com alta concentração fundiária. Isso é decorrente da matriz produtiva como produto histórico de estrutura fundiária.

Percebe-se por todos esses dados que não há uma perspectiva de crescimento e desenvolvimento expressivos da região, que pretendam ordenar, regular, fomentar e promover o desenvolvimento local e regional a fim de combater a desigualdade.

Importante pontuar, como elemento que colabora com a estagnação, a grande distância do centro de poder, o que dificulta a percepção das demandas econômicas e sociais por parte da população, já que o município além de estar localizado na Faixa de Fronteira, não gera uma região mais articulada, o que decorre das distâncias dos pequenos centros urbanos em relação às grandes extensões territoriais de produção agrícola.

A elaboração e a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da área de fronteira são dificultadas por barreiras legais, diplomáticas, falta de articulação do território com o centro político-decisório do país, e, em sua maioria, dos próprios estados a que pertencem, conseqüente falta de informações sobre a região e o elevado grau de informalidade de diversas ações executadas na linha de fronteira (CARTILHA PDFF, 2009, p. 28).

No mapa a seguir é possível visualizar a extensão da faixa de fronteira do Brasil:

Figura 1 – Mapa da localização das cidades-gêmeas ao longo da Faixa de Fronteira



Fonte: Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDF F SPR Secretaria de Programas Regionais, 2009.

A instalação da UNIPAMPA em São Borja deu-se num momento em que o governo federal voltou seus olhos para a fronteira, numa perspectiva de investimentos em políticas públicas que desenvolvessem regiões até então estagnadas.

Em meados de 2005, debatia-se sobre a federalização da Universidade da Região da Campanha (URCAMP). Na época, houve inclusive manifestações de professores e alunos da instituição em favor de tal ideia. Foi o primeiro sopro de uma possível implantação de uma universidade federal em São Borja. A ideia não vingou. Mas uma universidade federal estava por ser implantada na cidade. Ainda não se chamava UNIPAMPA.

O então Centro de Ciências Sociais de São Borja (CCS), atual Campus São Borja, era vinculado à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) juntamente com outros quatro campi; outros cinco eram geridos pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeI).

Trata-se, portanto, de uma universidade que nasceu, como outras criadas na mesma década, com uma configuração *multicampi*, algo novo na estruturação de instituições de ensino superior, que permitiu a expansão mais rápida do ensino na Metade Sul do Rio Grande do Sul, onde a economia é estagnada e pouco diversificada, com maiores indicadores de pobreza. Esse formato trouxe muitos desafios, tanto de comunicação, quanto na diversidade de procedimentos, devido à extensão territorial em que os campi estão distribuídos.

A UNIPAMPA trouxe oferta de uma educação pública, gratuita e de qualidade; e as mudanças também se refletem através do fluxo de uma diversidade de naturalidades e de culturas, que ficou mais evidente após a implantação do Sistema de Seleção Unificada (SiSU).

Em números, o Campus São Borja, atualmente, possui oito cursos de graduação: Ciências Humanas - Licenciatura, Ciências Sociais - Ciência Política, Direito, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Serviço Social e Geografia na modalidade EAD, pela UAB- Universidade Aberta Brasil. Possui ainda cursos de pós-graduação *latu-sensu* e dois cursos de mestrado profissionais: Mestrado em Políticas Públicas e Mestrado em Comunicação e Indústria Criativa.

Conforme informação da Secretaria Acadêmica do Campus São Borja, no total são 1472 alunos de graduação presencial e EAD, 78 de pós-graduação *latu-sensu* e 58 de pós-graduação *stricto sensu*, distribuídos entre os três turnos.

No presente trabalho, optou-se por analisar somente dois dos cursos, para melhor aprofundamento na pesquisa. São eles: Ciências Humanas - Licenciatura, por ser um dos cursos que têm realizado a ocupação total das suas vagas com mais facilidade; e Ciências Sociais – Ciência Política, por ser o curso que tem apresentado maior dificuldade no preenchimento integral de suas vagas. Acrescido a este critério para escolha, encontra-se o fato de que os perfis dos egressos são distintos, posto que o primeiro é uma licenciatura, e o segundo, um bacharelado.

O Curso de Ciências Humanas - Licenciatura conta atualmente com 165 alunos. Já o curso de Ciências Sociais – Ciência Política possui 122 alunos.

3.2 Política pública de reserva de vagas frente ao ordenamento jurídico brasileiro: Constituição Federal de 1988, legislação ordinária e judicialização da política

Desde as primeiras experiências com ações afirmativas, o assunto tem gerado muita polêmica. Mas foi a implantação na UNB, que utilizando de sua autonomia universitária, aprovou em seu Conselho Universitário a aplicação das cotas, que a discussão se acirrou.

Santos (2012, p. 290) lembra que “essa matéria tramitou no Legislativo por treze anos, sendo o primeiro Projeto de Lei (PL nº. 73\99)”. Diante dos posicionamentos divergentes quanto à legitimidade das cotas, houve um período em que os debates aumentaram no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal (STF).

Em sessão realizada no dia 26 de abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 186, ajuizada pelo partido dos Democratas (DEM). A Corte confirmou que o sistema de cotas nas universidades, por meio das cotas raciais e sociais, não fere o princípio constitucional da isonomia. Nesse momento foram declaradas constitucionais as cotas na Universidade de Brasília (UnB).

O Supremo Tribunal Federal concluiu pela constitucionalidade das políticas de ação afirmativa; da utilização dessas políticas na seleção para o ingresso no ensino superior, especialmente nas escolas públicas; do uso do critério étnico-racial por essas políticas; da autoidentificação como método de seleção; e da modalidade de reserva de vagas ou de estabelecimento de cotas (SANTOS; RABELO, 2012, p. 326).

Na decisão, a Corte Suprema do país destacou o papel das ações afirmativas como resposta à desigualdade no acesso à educação:

IV – Medidas que buscam reverter, no âmbito universitário, o quadro histórico de desigualdade que caracteriza as relações étnico- raciais e sociais em nosso País, não podem ser examinadas apenas sob a ótica de sua compatibilidade com determinados preceitos constitucionais, isoladamente considerados, ou a partir da eventual vantagem de certos critérios sobre outros, devendo, ao revés, ser analisadas à luz do arcabouço principiológico sobre o qual se assenta o próprio Estado brasileiro.

V - Metodologia de seleção diferenciada pode perfeitamente levar em consideração critérios étnico-raciais ou socioeconômicos, de modo a assegurar que a comunidade acadêmica e a própria sociedade sejam

beneficiadas pelo pluralismo de ideias, de resto, um dos fundamentos do Estado brasileiro, conforme dispõe o art. 1º, V, da Constituição.

VI - Justiça social, hoje, mais do que simplesmente redistribuir riquezas criadas pelo esforço coletivo, significa distinguir, reconhecer e incorporar à sociedade mais ampla valores culturais diversificados, muitas vezes considerados inferiores àqueles reputados dominantes (STF, 2012).

Logo, em 29 de agosto do mesmo ano, foi aprovada a Lei nº 12.711, conhecida como Lei de Cotas.

4 ANÁLISE DO SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS FRENTE AO REFERENCIAL TEÓRICO DA ÁREA DE CIÊNCIA POLÍTICA

4.1 Apontamentos conceituais acerca do conceito e do ciclo de uma política pública

Saravia (2006, p. 28-29) traz a pergunta: “Mas o que é uma política pública?”:

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, idéias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política.

Pode-se depreender que o processo de política pública não se manifesta de forma absolutamente racional, não possuindo ordem fixa, tranquilidade e, muitas vezes, sequer os atores reconhecem os seus papéis ou os desempenham como o esperado.

Nesse ponto de vista, o autor apresenta uma construção como uma teia social, que desordenadamente vai sendo moldada a cada passo do processo pelos atores envolvidos, sem que eles próprios tenham o esclarecimento das decisões que vão tomando ao longo do processo e propositalmente interfiram nesse.

Mas seria então um processo isento de interferência intencional dos diversos atores envolvidos?

Para Rua (1997, p. 1-2):

As políticas públicas (policies), por sua vez, são outputs, resultantes da atividades política (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública

implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública.

Conforme entendimento da autora, política pública seria um conjunto de decisões, as quais estariam providas de um rol de ações estrategicamente selecionadas.

Depreende-se, portanto, que enquanto outputs da própria atividade política, constituem resultado de um conjunto de decisões políticas, que por si, representam uma atuação deliberada, e representam as preferências dos atores e grupos envolvidos no processo de tomada de decisões.

A autora destaca, ainda, que “as políticas públicas envolvem, portanto, atividade política” (RUA, 1997, p. 2). Tal assertiva, por sua vez, já pressupõe a intencionalidade das decisões, muitas vezes influenciadas por grupos de poder.

Dessa forma, pode-se falar que política pública é um conjunto de decisões intencionais e relativamente desordenadas, considerando a circunstância de que grupos podem interferir e até mesmo manipular os resultados de tais decisões.

Para esclarecer melhor, temos o entendimento de Souza (2006, p. 26), que visualiza política pública “como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).” Sustenta que é a tradução dos propósitos dos governos em programas e ações com repercussão no mundo real.

Segundo a autora, “a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz” (SOUZA, 2006, p. 36). Para tanto, envolve vários atores (formais e informais) e níveis de decisão; não se limita a leis e regras; é uma ação intencional e de longo prazo. “A política pública envolve processos subseqüentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação” (SOUZA, 2006, p. 37).

Além disso, por mais óbvio que possa parecer, as políticas públicas são ‘públicas’ - e não privadas ou apenas coletivas. A sua dimensão ‘pública’ é dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter “imperativo”. Isto significa que uma das suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público (RUA, 1997, p. 2).

Como lembra Saravia (2006, p. 31) “[...] uma política é, acima de tudo, um curso de ação e não apenas uma decisão singular; [...] são os produtos de ações que têm efeitos no sistema político e social”.

É importante destacar o entendimento de que ainda que seja resultado de uma decisão intencional, ela não é uma decisão singular, o que reforça a necessidade de interação entre os diversos atores para o que o seu resultado seja efetivo.

Ao aprofundar-se o entendimento sobre o campo das políticas públicas, Souza (2006) admite a política pública como um campo holístico: território de várias disciplinas, que embora careça de coerência teórica e metodológica, comporta vários “olhares”.

Essa é uma das principais críticas ao campo das Políticas Públicas: a carência de coerência teórica e metodológica. Nesse sentido, Frey (2000) em sua crítica nos esclarece:

Já no Brasil, estudos sobre políticas públicas foram realizados só recentemente. Nesses estudos, ainda esporádicos, deu-se ênfase ou à análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas. Deve-se atentar para o fato de que programas ou políticas setoriais foram examinados com respeito a seus efeitos e que esses estudos foram antes de mais nada de natureza descritiva (FREY, 2000, p. 214-215).

E continua:

Normalmente, tais estudos carecem de um embasamento teórico que deve ser considerado um pressuposto para que se possa chegar a um maior grau de generalização dos resultados adquiridos. Na verdade, a falta de teorização é uma crítica comumente direcionada à 'policy analysis'. Porém, a falta de teoria é explicável, se levarmos em consideração o interesse de conhecimento próprio da 'policy analysis', que é, a saber, a empiria e a prática política (FREY, 2000, p. 215).

Outra crítica levantada por Frey (2000) é que, devido à 'policy analysis' de pesquisa ter surgido inicialmente nos Estados Unidos, nos anos 50, e na Europa ter início dos anos 70, é necessário se adaptar os estudos para a América Latina.

No que diz respeito à 'policy analysis' nos países em desenvolvimento, é preciso levar em consideração o fato de que o instrumento analítico-conceitual (deficitário) foi elaborado nos países industrializados e, portanto, é ajustado às particularidades das democracias mais consolidadas do

Ocidente. Defendo a tese de que as peculiaridades socioeconômicas e políticas das sociedades em desenvolvimento não podem ser tratadas apenas como fatores específicos de 'polity' e 'politics', mas que é preciso uma adaptação do conjunto de instrumentos da análise de políticas públicas às condições peculiares das sociedades em desenvolvimento (FREY, 2000, p. 215-216).

Segundo Souza,

[...] o pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes (SOUZA, 2006, p. 22).

Souza (2006) lembra que a política pública como área de conhecimento nasce nos EUA, rompendo relações com a tradição europeia cujos estudos concentravam-se na análise sobre o Estado e suas instituições, focando então na produção dos governos, rompe com as bases teóricas sobre o papel do Estado e dá ênfase aos estudos sobre a ação dos governos, um produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia. Propondo a aplicação de métodos científicos às formulações e às decisões do governo sobre problemas públicos.

A autora aborda, ainda, a importância de quatro grandes fundadores da área de políticas públicas, que ela trata por "pais" fundadores. São eles: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton.

Ainda, Saravia destaca que diferentes autores têm semelhante entendimento quanto ao conceito geral e as características essenciais das políticas públicas.

No entanto, enfatiza que cada sociedade dará o formato concreto a elas e que o resultado dessa política pública depende do estágio de maturidade do grupamento social e isso é essencial "para a estabilidade e eficácia das políticas, para o grau de participação dos grupos interessados, para a limpidez dos procedimentos de decisão" (SARAVIA, 2006, p. 32).

Segundo Souza (2006), vários fatores contribuíram para o ressurgimento da importância da área de políticas públicas nos últimos anos, tais como a adoção de políticas restritivas de gasto e a substituição das políticas keynesianas por políticas restritivas de gasto, buscando um ajuste fiscal a fim de equilibrar orçamentos, especialmente nos países da América Latina.

Destaca, ainda, que a maioria desses países não conseguiu desenhar políticas públicas que conciliassem o desenvolvimento econômico com a inclusão social.

Segundo Saravia (2006), o planejamento inicialmente é predominado pela racionalidade e o critério dominante é o econômico, com subordinação de toda a vida social ao crescimento econômico. Todavia, esclarece também que aquilo que realmente determina as prioridades é “o poder político dos diferentes setores da vida social e sua capacidade de articulação dentro do sistema político” (SARAVIA, 2006, p. 35).

Dessa forma, é relevante salientar que nos últimos anos os governos têm buscado atender às demandas da população por meio da inserção de políticas públicas inclusivas e de redução das desigualdades sociais, entre elas, o sistema de reserva de vagas nas instituições de ensino superior públicas.

Porém, trata-se de política pública de ação afirmativa conducente à inclusão e ao combate à desigualdade social que se vê ameaçada pelo fato de que a lei que a criou ser prevista para um período de dez anos, quando então será revisada, o que pode fragilizar a permanência em vigor da Lei e se visualizaria, em tese, como perigoso retrocesso em termos de acesso ao ensino superior no país.

Art. 7º No prazo de dez anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012).

Quando se fala em combate a desigualdade social é preciso atentar que, para que essa se efetive, é necessário que as políticas públicas ofereçam oportunidades iguais de desenvolvimento para todos. Já é consenso que o nível educacional atua direta e positivamente na diminuição desta desigualdade. Assim, o Brasil deveria investir maciçamente em educação de qualidade e, principalmente, oportunizar a todos o seu acesso.

Quando se observa que perfis de pessoas integrantes da população brasileira não estão ocupando vagas para elas reservadas, é de se concluir que o problema começa antes, com a falta ou insuficiência de políticas públicas que permitam a essas pessoas acessarem tais vagas.

4.2 Etapas e modelos de análise de políticas públicas: aplicação ao sistema de reserva de vagas

Muitos modelos foram desenvolvidos para auxiliar na formulação e análise de políticas públicas. Os principais, segundo Souza (2006), são: o Tipo da Política Pública, o Incrementalismo, o Ciclo da Política Pública, o “Garbage Can”, a Coalizão de Defesa, as Arenas Sociais e o Modelo do “Equilíbrio Interrompido”.

Conforme a autora, novos modelos surgiram influenciados pelo “novo gerencialismo público” e pelo ajuste fiscal.

A partir da influência do que se convencionou chamar de “novo gerencialismo público” e da política fiscal restritiva de gasto, adotada por vários governos, novos formatos foram introduzidos nas políticas públicas, todos voltados para a busca de eficiência. Assim, a eficiência passou a ser vista como o principal objetivo de qualquer política pública, aliada à importância do fator credibilidade e à delegação das políticas públicas para instituições com “independência” política (SOUZA, 2006, p. 23-24).

O que a teoria neo-institucionalista traz, segundo a autora, “é no entendimento de que não são só os indivíduos ou grupos que têm força relevante influenciam as políticas públicas, mas também as regras formais e informais que regem as instituições” (SOUZA, 2006, p. 39).

O sucesso obtido pelo paradigma da teoria da escolha racional (*public choice theory*), que está no alicerce das políticas econômicas chamadas de “neoliberais”, mostra a persistência do modelo racional. A racionalidade transforma-se, assim, no critério supremo na ausência de qualquer outra premissa com base na qual seja possível argumentar (SARAVIA, 2006, p. 30).

Já as abordagens do neo-institucionalismo e da análise de estilos políticos para a análise de políticas públicas, no Brasil, são “duas vertentes da ciência política que ganharam relevância para a análise de políticas públicas em consequência das críticas conduzidas contra a *policy analysis* tradicional” (FREY, 2000, p. 216).

Segundo Souza (2006), para concorrer com a influência desse novo modelo, alguns países em desenvolvimento têm experimentado a implementação de políticas públicas participativas, principalmente nas políticas sociais, “no Brasil, são exemplos dessa tentativa os diversos conselhos comunitários voltados para as políticas sociais, assim como o Orçamento Participativo” (SOUZA, 2006, p. 36). Isso, ainda

que, segundo a autora ressalta, os governos continuam tomando decisões e desenhando políticas públicas para enfrentá-las.

Devido à forma como emergiu o problema da desigualdade e exclusão de grupos da sociedade brasileira na seleção para ocupação de vagas para ingresso nas universidades públicas nacionais, pela demanda, conflito e polêmica que gerou o tema, observa-se como adequado para análise o modelo da *Policy Arena*.

A concepção da *policy arena* foi originalmente introduzida no debate científico por Lowi (1972). Ela parte do pressuposto de que as reações e expectativas das pessoas afetadas por medidas políticas têm um efeito antecipativo para o processo político de decisão e de implementação. Os custos e ganhos que as pessoas esperam de tais medidas tornam-se decisivos para a configuração do processo político. O modelo da *policy arena* refere-se portanto aos processos de conflito e de consenso dentro das diversas áreas de política, as quais podem ser distinguidas de acordo com seu caráter distributivo, redistributivo, regulatório ou constitutivo (FREY, 2000, p. 223).

Na visão de Lowi (2009), as políticas públicas (*policies*) definem a política (*politics*) já que

[...] é a proposição de *policies* quanto ao uso do poder visando a objetivos públicos que determinará a arena política e, conseqüentemente, as regras institucionais nas disputas e nos acessos dos interesses diversos ao processo político (MARTINS; MACOLMES, 2017, p. 5).

Assim, a escolha da política seria resultado dessa interação e representaria um dos quatro tipos de políticas, cada uma representando uma arena de poder, quais sejam: reguladora, distributiva, redistributiva e constitutiva. Por sua vez:

As arenas são resultados da combinação das preferências e das expectativas dos atores em relação aos ganhos e perdas potenciais. Assim, as arenas têm estruturas características, atores e dinâmicas, processos políticos e mediação de interesses próprios. Além disso, são espaços em que se mobiliza o conflito e são realizadas negociações e alianças (MARTINS; MACOLMES, 2017, p. 5).

Lowi (2009) demonstrou que as variações na escolha das políticas públicas ocorrem conforme a "coerção para distribuição de recursos e poder de decisão e regulação do comportamento individual e/ou coletivo" (MARTINS; MACOLMES, 2017, p. 5).

Políticas redistributivas:

São aquelas que redistribuem recursos existentes, transferem recursos entre os grupos, com vantagens para um grupo em detrimento do outro, com custos e benefícios concentrados e claramente definidos. Os conflitos são altíssimos, polarizados, entre os grupos, com jogo de soma-zero e sanções imediatas (MARTINS; MACOLMES, 2017, p. 6).

Entende-se a política de cotas como uma Política Redistributiva, assim orientada para o conflito, com desvio de direito (no caso direito a educação superior). Naturalmente, é um processo polarizador.

5 PRODUTO TÉCNICO

A presente dissertação teve como fruto um produto técnico, partindo-se de um problema diagnosticado nesta dissertação: que é a atenção ao público alvo desta política no período pré e durante a matrícula, com o objetivo de contribuir com a melhoria na taxa de ocupação dessas vagas pela UNIPAMPA – Campus São Borja.

Nesse sentido, propõe-se um curso de extensão, conforme pode ser visto a seguir.



Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura (PROEXT)

FORMULÁRIO DE REGISTRO DE CURSOS E EVENTOS DE EXTENSÃO

1 DADOS DA PROPOSTA

Modalidade	<input checked="" type="checkbox"/> Curso <input type="checkbox"/> Evento		
Título	O que você precisar saber sobre cotas para ingressar na UNIPAMPA – Campus São Borja		
Data de início (dia/mês/ano)	01 /09/2020	Data de término	23/12/2020
Coordenador	Nome	Ethiane Dinat Falcão Roballo	
	E-mail	Ethianeroballo@unipampa.edu.br	
	Telefone	(55) 991136420	
Unidade do coordenador	São Borja		
Município(s) de execução da ação	São Borja		
Curso(s) de Graduação ou Pós-Graduação a que se vincula a ação	Mestrado Profissional em Políticas Públicas		
Proposta vinculada à programa de extensão	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Qual:		
Área do conhecimento principal (conforme classificação do CNPq)	Ciências Humanas		
Área temática principal (conforme Política Nacional de Extensão)	Educação		
Carga horária semanal do projeto (calculada a partir da soma de todas as atividades que envolvem o projeto – do planejamento até a elaboração do relatório final)	4h/sem	Carga horária EAD	...h/sem
	Palavras-chave (04 no máximo)		
Sistema de Reserva de Vagas; UNIPAMPA; Cotas; Matrículas.			

2 PROPOSTA

2.1 RESUMO DA PROPOSTA (300 palavras no máximo)

O presente projeto, intitulado “O que você precisa saber sobre cotas para ingressar na UNIPAMPA – Campus São Borja” visa, dentre outras intencionalidades, promover o conhecimento do sistema de reserva de vagas, criado pela Lei Federal n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, em especial pelos alunos do terceiro ano do ensino médio das escolas públicas do município de São Borja. Abrange a política em si e seus desdobramentos, o sistema de seleção do Governo Federal - SiSU, a operacionalização da instituição UNIPAMPA e etapas de matrícula com validação dos dados informados pelos candidatos no momento da inscrição pelas cotas. A proposta é composta de um curso online em modalidade EAD. As aulas serão transmitidas em ambiente virtual, com vídeos gravados e disponibilizados pela plataforma Moodle ou outro recurso semelhante. Cada vídeo-aula gerará como produto secundário vídeos curtos a serem divulgados pela internet no Portal da UNIPAMPA, nas redes sociais e/ou pelo Youtube. Estes conterão respostas às perguntas frequentes recebidas dos participantes do curso. A estratégia adotada leva em consideração a pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Justifica-se a proposta pela necessidade institucional de instrumentos que colaborem com a melhoria na ocupação de vagas reservadas pelas cotas, bem como pelo diagnóstico anteriormente feito que apontou a necessidade da divulgação desse tema ao seu público alvo.

2.2 OBJETIVOS (300 palavras no máximo)

- apresentar a importância do sistema de reserva de vagas e promover o empoderamento do tema por parte do público alvo da política;
- Apresentar as respectivas cotas;
- Apresentar o Sistema de Seleção Unificada do Governo Federal, SiSU;
- Apresentar o Sistema de Gestão Unificada de Recursos Institucionais - GURI;
- Apresentar o processo de matrícula do Campus São Borja e o que os candidatos podem esperar encontrar;
- Apresentar os principais documentos relacionados ao processo de matrícula e os cursos ofertados no Campus São Borja.

2.3 JUSTIFICATIVA (500 palavras no máximo)

A presente proposta partiu de um problema diagnosticado em dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Políticas Públicas da UNIPAMPA, Campus São Borja, trabalho no qual restou constatada a necessidade de uma melhor compreensão acerca das cotas. O projeto é pensado, portanto, na perspectiva de atenção ao público alvo desta política, com o objetivo de contribuir com a melhoria na taxa de ocupação dessas vagas pela UNIPAMPA – Campus São Borja.

A partir da Lei Federal n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, foi estabelecido o sistema de reserva de vagas para ingresso nas instituições federais de ensino superior, implementada na Universidade Federal do Pampa, assim como nas instituições congêneres.

Sua relevância social é inegável, já que se está diante de uma política pública que pode ser determinante para grupos de pessoas pertencentes às minorias.

Um problema importante diagnosticado e que deu origem à esta proposta, é que no conjunto dos setores, tem-se a impressão que eles ficam muito presos ao momento de matrícula dos candidatos, que há necessidade de saída do ambiente da universidade e encontro com o público alvo, ainda que, nesse momento, necessite ser virtualmente, devido ao distanciamento social recomendado pelos órgãos de saúde; essa ponte precisa ser construída, e é a isto que esse projeto se propõe.

Trata-se de um curso de extensão que pretende contribuir com o aperfeiçoamento da implementação da política, com atenção ao seu público alvo no período pré-matrícula.

2.4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Teresa Olinda Caminha; GURGEL, Claudio Roberto Marques. A política pública de cotas em universidades, enquanto instrumento de inclusão social. **Revista Pensamento & Realidade**, v. 27, n. 2, p. 95-117, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 22 de ago. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 22 de ago. 2019.

HAAS, Celia Maria; LINHARES, Milton. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil?. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, v. 93, n. 235, p. 836-863, dez. 2012. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/418>. Acesso em: 02 de ago. 2017.

PERON, Bruno. Debates, propósitos e indagações sobre a Lei das Cotas. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 329-341, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol12/artigo3vol12-2.pdf>. Acesso em: 02 de ago. 2017.

SANTOS, Adilson Pereira. Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 289-317, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2014/05/1132.pdf>. Acesso em: 02 de ago. 2017.

SANTOS, Claudemy Correia dos; RABELO, Luciana Maria Guimarães. Democratização do acesso ao ensino superior e justiça social. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 318-328, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol12/artigo2vol12-2.pdf>. Acesso em: 02 de ago. 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang. Teoria geral dos direitos fundamentais. In: SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

2.5 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

- A presente proposta, foi elaborada como produto técnico, apresentado ao Mestrado Profissional em Políticas Públicas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

3 EQUIPE EXECUTORA (Adicionar quantas linhas for necessário)

Nome	Vínculo (Discente, Docente, TAE ou outro)	Campus/ Reitoria ou Instituição de Origem	Função* (mesma a ser informada na planilha de certificados)	Carga Horária Semanal **
Ethiane Dinat Falcão Roballo	TAE	São Borja	Coordenadora	4h
Docente	Docente	São Borja	Equipe Executora	4h
Membro da Secretaria Acadêmica	TAE	São Borja	Equipe Executora	4h
Membro do NuDE	TAE	São Borja	Equipe Executora	2h
Membro de Comissão de Validação e Análise de Renda	Docente ou TAE	São Borja	Equipe Executora	2h
Membro de Comissão de Validação de Auto-declaração de Raça/Etnia	Docente ou TAE	São Borja	Equipe Executora	2h
Membro de Comissão de Validação da Condição de Pessoa com Deficiência	Docente ou TAE	São Borja	Equipe Executora	2h
Técnico em Tecnologia da Informação	TAE	São Borja	Equipe Executora	4h

4 PARCERIAS OU INSTITUIÇÕES EXTERNAS ENVOLVIDAS (adicionar quantas linhas for necessário)

NOME INSTITUIÇÃO	DESCRIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO
Colégio Estadual Getúlio Vargas	Divulgação. Possibilidade de auxiliar no desenvolvimento da proposta.
Colégio Estadual São Borja – CESB	Divulgação. Possibilidade de auxiliar no desenvolvimento da proposta.

Escola Estadual de Ensino Médio Apparício Silva Rillo	Divulgação. Possibilidade de auxiliar no desenvolvimento da proposta.
Escola Estadual de Ensino Médio Tricentenário	Divulgação. Possibilidade de auxiliar no desenvolvimento da proposta.
Escola Estadual Técnica Olavo Bilac	Divulgação. Possibilidade de auxiliar no desenvolvimento da proposta.
Escola Estadual de Ensino Médio Timbaúva	Divulgação. Possibilidade de auxiliar no desenvolvimento da proposta.
Instituto Estadual Arnaldo Matter	Divulgação. Possibilidade de auxiliar no desenvolvimento da proposta.
Instituto Estadual Padre Francisco Garcia	Divulgação. Possibilidade de auxiliar no desenvolvimento da proposta.

5 PÚBLICO ALVO

5.1 Comunidade acadêmica interna:

PERFIL	Nº estimado de participantes
TOTAL	

5.2 Comunidade externa* (adicionar quantas linhas for necessário)

PERFIL	Nº estimado de participantes
Alunos de terceiros anos do ensino médio de escolas públicas do município de São Borja	80
Professores de escolas públicas, que ofertam o ensino médio, do município de São Borja	10
Público em geral	30
TOTAL	120

6 AVALIAÇÃO

FORMAS DE AVALIAÇÃO DA AÇÃO (300 palavras no máximo)

Pelo Público-alvo da Ação: O projeto será avaliado por meio de formulário eletrônico enviado via e-mail posterior ao desenvolvimento das ações de extensão.

Pela Equipe Executora: A avaliação pela equipe será realizada em reuniões periódicas e posteriormente à análise do questionário publicado e avaliação geral da ação.

7 CRONOGRAMA

PROGRAMAÇÃO PREVISTA (adicionar quantas linhas for necessário)

Ação: Planejamento das atividades. Desenvolvimento do curso com o planejamento do conteúdo, elaboração das vídeo-aulas, demais atividades necessárias à aplicação do curso através da plataforma Moodle e elaboração de material de apoio à divulgação.

Data prevista Setembro de 2020 a outubro de 2020	Carga horária prevista 04 horas/semanais	Local previsto Trabalho Remoto	Membros da equipe executora envolvidos: Coordenadora, Docente, Membro da Secretaria Acadêmica, Membro do NuDE, Membro de Comissão de Validação e Análise de Renda, Membro de Comissão de Validação de Auto-declaração de Raça/Etnia, e Membro de Comissão de Validação da Condição de Pessoa com Deficiência.
--	---	--------------------------------------	--

Ação: Contato com as escolas, divulgação do curso e abertura de período de inscrições.

Data prevista novembro/20 20	Carga horária prevista 04 horas/semanais	Local previsto Trabalho Remoto	Membros da equipe executora envolvidos: Coordenadora e Membro da Secretaria Acadêmica.
------------------------------------	---	--------------------------------------	---

Ação: Exibição da 1ª vídeo-aula do curso, com apresentação do sistema de reserva de vagas e sua importância social. Promoção do empoderamento do tema por parte do público alvo da política com informação sobre os seus direitos.

Data prevista 07 de dezembro de 2020	Carga horária prevista 1 horas	Local previsto Plataforma Moodle	Membros da equipe executora envolvidos: Membro do NuDE e docente.
---	--------------------------------------	--	--

Ação: Exibição da 2ª vídeo-aula do curso, com informações específicas sobre cada tipo de cota.

Data prevista 07 de dezembro de 2020	Carga horária prevista 1 horas	Local previsto Plataforma Moodle	Membros da equipe executora envolvidos: Coordenadora.
---	--------------------------------------	--	---

Ação: Exibição da 3ª vídeo-aula do curso, contendo informações referentes ao Sistema de Seleção Unificada do Governo Federal – SiSU e detalhamento sobre a etapa de inscrição através deste.

Data prevista 08 de dezembro de 2020	Carga horária prevista 1 horas	Local previsto Plataforma Moodle	Membros da equipe executora envolvidos: Coordenadora.
---	--------------------------------------	--	---

Ação: Exibição da 4ª vídeo-aula do curso. Semelhante à etapa anterior, esta conterá informações referentes ao Sistema de Gestão Unificada de Recursos Institucionais – GURI, com detalhamento sobre a etapa de inscrição através deste.

Data prevista 08 de dezembro de 2020	Carga horária prevista 1 horas	Local previsto Plataforma Moodle	Membros da equipe executora envolvidos: Membro da Secretaria Acadêmica.
---	--------------------------------------	--	--

Ação: Exibição da 5ª vídeo-aula do curso. Informando sobre o processo de matrícula do Campus São Borja e o que os candidatos podem esperar encontrar no momento de sua efetivação.

Data prevista 14 de dezembro de 2020	Carga horária prevista 2 horas	Local previsto Plataforma Moodle	Membros da equipe executora envolvidos: Membro da Secretaria Acadêmica.
---	--------------------------------------	--	--

Ação: Exibição da 6ª vídeo-aula do curso. Demonstrar os principais documentos relacionados ao processo de matrícula do Campus São Borja, bem como à validação dos dados informados no momento da matrícula.

Data prevista 15 de dezembro de 2020	Carga horária prevista 2 horas	Local previsto Plataforma Moodle	Membro de Comissão de Validação e Análise de Renda, Membro de Comissão de Validação de Auto-declaração de Raça/Etnia, e Membro de Comissão de Validação da Condição de Pessoa com Deficiência.
---	--------------------------------------	--	--

Ação: Elaboração do relatório final.

Data prevista 17 a 23 de dezembro de 2020	Carga horária prevista 16 horas	Local previsto Trabalho Remoto	Membros da equipe executora envolvidos: Coordenadora, Docente, Membro da Secretaria Acadêmica e Membro do NuDE.
--	---------------------------------------	--------------------------------------	--

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da Lei Federal n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, foi estabelecido o sistema de reserva de vagas para ingresso nas instituições federais de ensino superior, implementada na Universidade Federal do Pampa, assim como nas instituições congêneres.

Essa lei, polêmica, vem a atender um pleito da população brasileira, reservando cotas para estudantes: que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; de baixa renda; autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e com deficiência.

Sua relevância social é inegável, já que se está diante de uma política pública que pode ser determinante para grupos de pessoas pertencentes às minorias.

Assim, objetivou-se fazer uma análise de sua implementação com olhar sobre a ocupação das vagas pelos alunos cotistas. A pesquisa foi realizada com base nos números levantados nos cursos de Ciências Humanas e Ciências Sociais – Ciência Política, ofertados no Campus São Borja da Universidade Federal do Pampa, no período entre os anos de 2017 e 2019.

Já, nos primeiros dados levantados, observou-se uma mudança no perfil dos estudantes de graduação de instituições federais, nos últimos anos. Porém, é significativo o percentual de vagas não ocupadas satisfatoriamente nos cursos pesquisados. Isso é preocupante, já que a lei poderá ser revisada.

Preliminarmente, algumas hipóteses foram aventadas, tais como: desinteresse por parte do público alvo, falta de informação, entraves do sistema e ausência ou insuficiência de mecanismos voltados ao processo de ocupação das vagas reservadas.

Nesse sentido, objetivou-se: o exame das diretrizes legais e principiológicas que fundamentam o sistema de reserva de vagas no Brasil; indicação de posicionamentos contrários e favoráveis ao sistema de cotas, incluindo manifestações da Corte Suprema do país; coleta de dados sobre a ocupação na UNIPAMPA, Campus São Borja, nos cursos já mencionados; e aplicação de questionários para investigar o nível de conhecimento sobre o tema por parte dos alunos do terceiro ano do ensino médio de escolas do município de São Borja; verificar as ações desenvolvidas pela universidade com relação ao acolhimento,

atendimento e acompanhamento dos cotistas; e propor-se um produto que contribua para aumentar o percentual de ocupação dessas vagas.

Essa análise foi feita a partir de três questionários segmentados, compreendendo: alunos do terceiro ano do ensino médio de escolas públicas do município de São Borja; servidores do campus que atuam na implementação da política; e NuDE - Núcleo de Desenvolvimento Educacional. Foram explorados através da análise de conteúdo, adotando-se a mescla entre aspectos quantitativos e qualitativos.

Quanto ao modelo de análise de políticas públicas, optou-se pelo “Policy Arena”, pois a demanda por essa política pública surgiu gerando conflito e polêmica. Assim, observou-se como mais adequado para análise o modelo da “Policy Arena”; pois, entende-se a política de cotas como uma Política Redistributiva. Este tipo de política é orientada para o conflito, com desvio de direito e naturalmente polarizadora.

A finalidade foi diagnosticar problemas; apresenta-se para estes algumas proposições de soluções; e propor um produto técnico que venha a contribuir com a melhoria na taxa de ocupação dessas vagas pela UNIPAMPA – Campus São Borja.

Acerca do sistema de reserva de vagas, no que diz respeito ao nível de conhecimento por parte dos alunos do terceiro ano do ensino médio de escolas do município de São Borja, os dados apontam que: a grande maioria pretende cursar o ensino superior; grande parte conhece a gratuidade da UNIPAMPA, a necessidade do Enem, o SiSU e inscrever-se-iam pelas cotas. Porém, ainda há que se trabalhar na divulgação: dos cursos ofertados pelo campus, da existência de vagas reservadas para ingresso na instituição e, principalmente, dos tipos de cotas.

Quanto aos servidores que trabalham no processo de ingresso, identificou-se: queixas com relação ao sistema GURI; na validação de deficiência, laudos que não a comprovam, ou deficiência em desacordo com a legislação; na heteroidentificação, insegurança da comissão, queixas de necessidade de capacitação e mudanças frequentes nas orientações. Ainda, vários documentos com informações complementares e necessidade de apoio emocional aos servidores, bem como aos candidatos que têm suas matrículas indeferidas; relevante necessidade de apoio ao cotista, no período pré-matrícula;

Quanto às hipóteses levantadas, concluiu-se que não há desinteresse por parte do público alvo; há falta de informação; existem entraves no sistema, mais

especificamente com relação ao processo de matrícula e são insuficientes aos mecanismos voltados ao processo de ocupação das vagas reservadas.

Sugere-se, como propostas de intervenção que venham a contribuir positivamente no processo estudado:

- Investimento na divulgação dos cursos ofertados pelo campus;
- Investimento na divulgação da existência de vagas reservadas para ingresso na instituição e, principalmente, dos tipos de cotas;
- Melhorias no sistema GURI, ouvidos os servidores em suas necessidades;
- Investimento contínuo em capacitação dos servidores que atuam nas comissões de validação;
- Que se evitem mudanças frequentes nas orientações às comissões;
- Que a PROGRAD elabore um manual para matrícula que reúna todas as informações dos documentos relativos à matrícula (editais, termo de adesão, orientações dispostas na página, etc);
- Apoio emocional aos servidores, bem como aos candidatos que têm suas matrículas indeferidas;
- Apoio ao cotista, no período pré-matrícula. Sugere-se a criação de um serviço de atendimento ao candidato;

Um problema importante diagnosticado e que deu origem à proposta de produto técnico é que no conjunto dos setores, tem-se a impressão que eles ficam muito presos ao momento de matrícula dos candidatos, que há necessidade de saída do ambiente da universidade e encontro com o público alvo. Que essa ponte precisa ser construída.

Com base nisso, propôs-se, como produto técnico, um projeto de extensão que contribua com o aperfeiçoamento da implementação da política, suprindo uma lacuna diagnosticada na pesquisa, que é a atenção ao público alvo desta política no período pré e durante a matrícula.

Acredita-se que o presente trabalho deu conta de refletir uma parte do processo de implementação da política pública em análise: a matrícula. As propostas devem contribuir, mas serão insuficientes para suprir a demanda por um todo, pois o problema é mais complexo e de ordem histórica e social.

Por isso, sugere-se para novos estudos um enfoque no público alvo.

Para a instituição UNIPAMPA um olhar e uma aproximação desse público, assim como percebeu-se que vem fazendo com as escolas públicas no município de

forma exemplar. Porém sugere-se uma aproximação que atinja especificamente o público alvo, assim como um estudo que identifique mais detalhadamente suas necessidades.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL - INAF**: Estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho. São Paulo. 2016. Disponível em: http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/09/INAFEstudosEspeciais_2016_Letramento_e_Mundo_do_Trabalho.pdf?fbclid=IwAR3ehkjlSsr-eMVNLm8TsYRkSOM7OvIkFNPLJaBIO3tkQ9GcAZ0uJpDrHuE. Acesso em 12 fev. de 2020.

ANDIFES. **Pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) das ifes 2018**. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/>. Acesso em: 20 de nov. 2019.

ANDIFES. **Políticas de expansão e inclusão contribuem para que as classes D e E sejam a maioria dos estudantes das universidades federais**. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/politicas-de-expansao-e-inclusao-contribuem-para-que-as-classes-d-e-e-sejam-a-maioria-dos-estudantes-das-universidades-federais/>. Acesso em: 20 de nov. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, 2009.

BEZERRA, Teresa Olinda Caminha; GURGEL, Claudio Roberto Marques. A política pública de cotas em universidades, enquanto instrumento de inclusão social. **Revista Pensamento & Realidade**, v. 27, n. 2, p. 95-117. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/12650>. Acesso em: 02 de ago. 2017.

BOBBIO, Norberto, 1909- **A era dos direitos** / Norberto Bobbio; tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. — Nova ed. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental 186**. Brasília, DF: TSE, 2012. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693>. Acesso em: 12 de nov. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 de nov. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008**. Institui a fundação universidade federal do pampa - Unipampa e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm. Acesso em: 12 de set. 2017.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e

dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 02 de nov. 2018.

CARVALHO, Emanuel Manguiera; SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. O estado da arte da produção de conhecimento sobre as ações afirmativas nas universidades estaduais paulistas. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 16, n. 32, p. 169-190, jan./jul. 2014. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/2728>>. Acesso em: 02 de ago. 2017.

COREDE FO. **Plano estratégico de desenvolvimento da região Fronteira Oeste (2010-2020)**. Passo Fundo: Passografic, 2010.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89>>. Acesso em: 02 de ago. 2017.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005. p. 47-82.

HAAS, Celia Maria; LINHARES, Milton. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil?. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, v. 93, n. 235, p. 836-863, dez. 2012. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/418>. Acesso em: 02 de ago. 2017.

LEITE, Janete Luzia. Política de cotas no Brasil: política social?. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n.1, p. 23-31, jan/jun. 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/1796/179618775003/>. Acesso em: 02 de ago. 2017.

LEITE, Janete Luzia. Política de cotas: emancipação ou amortecimento?. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 342-356, jul/dez. 2012. Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol12/artigo4vol12-2.pdf>. Acesso em: 02 de ago. 2017.

LOWI, T. J. **Arenas of power**. Boulder: Paradigm, 2009.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **CARTILHA PDF (2009)**. Disponível em: http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=e5ba704f-5000-43df-bc8e-01df0055e632&groupId=10157. Acesso em: 12 de nov. 2017.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: Limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 78, p. 23-24, abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a03v2378.pdf>. Acesso em: 05 de abr. 2019.

PERON, Bruno. Debates, propósitos e indagações sobre a Lei das Cotas. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 329-341, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol12/artigo3vol12-2.pdf>. Acesso em: 02 de ago. 2017.

RUA, M. d. (1997). **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. Washignton, DC: Indes/BID. Texto digitado. Disponível em http://www.clebertoledo.com.br/blogs/gestaopublica/administracao/files/files/pol_publicaS_Gra%C3%A7aRUA.pdf. Acesso em: 12 de jan. 2020.

SANTOS, Adilson Pereira. Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 289-317, jul/dez. 2012. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2014/05/1132.pdf>. Acesso em: 02 de ago. 2017.

SANTOS, Claudemy Correia dos; RABELO, Luciana Maria Guimarães. Democratização do acesso ao ensino superior e justiça social. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 318-328, jul/dez. 2012. Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol12/artigo2vol12-2.pdf>. Acesso em: 02 de ago. 2017.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (Orgs.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, v. 1, p. 21-42, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. Teoria geral dos direitos fundamentais. In: SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SOUZA, Celina et al. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 02 de ago. 2017.

UNIPAMPA. **Projeto Político Pedagógico do curso de Ciências Humanas**. 2019.

UNIPAMPA. **Projeto Político Pedagógico do curso de Ciências Sociais – Ciência Política**. 2015.

UNIPAMPA. **Atribuições do NuDE**. Disponível em: <https://unipampa.edu.br/saaborja/nude>. Acesso em: 07 de jan. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Formulário de Pesquisa

PESQUISA DE CAMPO – QUESTIONÁRIO ALUNOS DO TERCEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA

- 1) Qual a sua idade? _____

- 2) Sexo? ()F ()M () Não quero responder

- 3) Você sempre estudou em escola pública?
() Sim
() Não, cursei um ano ou mais anos em escola particular.

- 4) Você pretende cursar o Ensino Superior (faculdade ou universidade)?
() Sim
() Não

- 5) Você sabia que a Universidade Federal do Pampa, que possui campus em São Borja, é gratuita?
() Sim.
() Não.

- 6) Você sabia que a UNIPAMPA oferece oito cursos de graduação em São Borja (Direito, Geografia – EAD, Ciência Política, Ciências Humanas – Licenciatura, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Serviço Social)?
() Sim, tinha conhecimento sobre todos os cursos.
() Não, não sabia quais os cursos são ofertados.
() Conhecia apenas alguns dos cursos.

- 7) Você sabia que existem cotas (vagas reservadas) para ingresso na UNIPAMPA?

Sim

Não

8) Você sabia que para concorrer a uma vaga pelas cotas precisa fazer o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio)?

Sim

Não

Não sei o que é o Enem.

9) Você sabia que com a nota do Enem, pode se inscrever pelo SiSU (Sistema de Seleção Unificada) para uma vaga na UNIPAMPA?

Sim

Não

Não sei o que é o SiSU.

10) Que tipos de cotas você conhece? (Pode marcar mais de uma opção)

Cotas para Estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;

Cotas para Estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita;

Cotas para Estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas;

Cotas para Pessoas com deficiência.

Não conheço nenhuma cota.

11) Você se inscreveria pelas cotas?

Sim

Não

PESQUISA DE CAMPO - Questionário 2 (Servidores que trabalham com o processo de ingresso pelas cotas na Secretaria Acadêmica e nas Comissões de Validação)

- 1) No período do ingresso de candidatos, você trabalha em que setor?
 - () Secretaria acadêmica (com registros acadêmicos)
 - () Comissão de Validação e Análise de Renda
 - () Comissão de Validação de Auto-declaração de Raça/Etnia
 - () Comissão de Validação da Condição de Pessoa com Deficiência

- 2) Os aprovados pela reserva de vagas comparecem para matrícula?
 - () Sim
 - () Não
 - () Ocorre com frequência
 - () Ocorre, mas raramente

- 3) Ocorrem problemas com documentos apresentados que inviabilizam a matrícula?
 - () Sim
 - () Não
 - () Ocorre com frequência
 - () Ocorre, mas raramente

- 4) Os candidatos informam dados na inscrição que não conseguem confirmar?
 - () Sim
 - () Não
 - () Ocorre com frequência
 - () Ocorre, mas raramente

- 5) Há queixas dos candidatos com relação ao sistema de inscrição?
 - () Sim
 - () Não
 - () Ocorre com frequência
 - () Ocorre, mas raramente

6) Poderia indicar alguma situação que vivenciou no processo de matrículas?

7) Em sua opinião, haveria algum meio de melhorar o funcionamento do sistema de reserva de vagas? Em caso positivo, por gentileza, informe.

PESQUISA DE CAMPO - QUESTIONÁRIO 3 (SERVIDORES QUE TRABALHAM COM O PROCESSO DE INGRESSO PELAS COTAS NO NUDE)

1) Quais iniciativas são realizadas pelo Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) com relação aos ingressantes cotistas?

2) Há queixas dos candidatos com relação ao sistema de inscrição? Quais?

3) Em sua opinião, haveria algum meio de conferir ainda mais qualidade às ações do NuDE no que se refere aos ingressantes cotistas? Em caso positivo, por gentileza, informe.
